



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

**DATA DA REUNIÃO:** CINCO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E NOVE.-----

**LOCAL DA REUNIÃO:** SALÃO NOBRE DA SEDE DO MUNICÍPIO DE SANTO TIRSO.-----

**PRESIDIU:** O PRESIDENTE DA CÂMARA, ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES.-----

**PRESENCAS E FALTAS:**-----

**PRESIDENTE** ENG.º ANTÓNIO ALBERTO DE CASTRO FERNANDES – PS – PRESENTE.-

**VEREADOR DR. JOÃO MANUEL MACHADO FARIA DE ABREU – PSD – FALTOU POR**  
**RAZÕES QUE FORAM CONSIDERADAS JUSTIFICATIVAS.**-----

**VEREADORA** ENG.ª ANA MARIA MOREIRA FERREIRA – PS – PRESENTE.-----

**VEREADOR ALÍRIO ANTÓNIO DE SOUSA CANCELES – PSD – PRESENTE.**-----

**VEREADOR LUÍS GONZAGA DA SILVA FREITAS RODRIGUES – PS – PRESENTE.**-----

**VEREADORA DRA. MAFALDA SOFIA RORIZ DE OLIVEIRA BRÁS – PSD – PRESENTE.**-

**VEREADORA DRA. JÚLIA ODETE DE PAIVA GODINHO MOINHOS COSTA – PS –**  
**PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. MÁRIO DUARTE RORIZ DE OLIVEIRA – PSD – PRESENTE.**-----

**VEREADOR DR. JOSÉ PEDRO DOS SANTOS FERREIRA MACHADO – PS – PRESENTE.**

**HORA DE INICIO DA REUNIÃO:** DEZ HORAS E QUINZE MINUTOS.-----

**HORA DE ENCERRAMENTO:** ONZE HORAS.-----



Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 24 Fl. 02  
05 de Novembro de 2009

Ar

**SECRETARIOU A FUNCIONÁRIA DESIGNADA PARA O EFEITO, MARIA ADRIANA SALGADO MAGALHÃES.**-----

**ORDEM CRONOLÓGICA POR QUE FORAM TRATADOS OS ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA: A ORDEM QUE CONSTA DA PRESENTE ACTA.**-----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

a) Em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, o Senhor Presidente deu conhecimento do despacho de vinte e nove de Outubro findo, proferido pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, Luis Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 57º da mesma lei, que deferiu o pedido de isenção de taxas requerido pela Fundação de Santo Thyrso, relativo ao processo de construção de Centro de Incubação de Empresas de Base Tecnológica de Santo Tirso (requerimento registado na Secção de Obras Particulares com o n.º 5582/09).-----

b) Para conhecimento da actividade da câmara municipal, o Senhor Presidente deu também conhecimento dos despachos a seguir referidos, por si proferidos ao abrigo de competência própria:-----

- despacho de dois do corrente mês de Novembro que delegou no Senhor Vereador Luis Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues a competência prevista na alínea f) do n.º 2 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, para outorgar contratos e Autos de Posse Administrativa.-----

- despacho da mesma data, que reconduziu a funcionária Maria Adriana Salgado Magalhães, Directora do Departamento Administrativo, no exercício das funções de Oficial Público, para lavrar todos os contratos em que a lei o preveja ou não seja exigida escritura pública.-----

- despacho de vinte e dois de Setembro último que adjudicou à sociedade Betoken, Unipessoal Lda, a prestação de serviços para assessoria técnica, aconselhamento e acompanhamento de execução e gestão nas áreas da maquinaria, iluminação, áudio, direcção de cena, vídeo projecção, vídeo captação, difusão audiovisual, produção de iluminação e de audiovisual e diagrama de



Arb

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

correntes fracas, relativamente ao projecto de Reabilitação do Cine-Teatro de Santo Tirso, pelo preço de 24.950,00 € (vinte e quatro mil novecentos e cinquenta euros), mais IVA;-----

- despacho de vinte e quatro do mesmo mês de Setembro, que adjudicou à sociedade Hidrofunção – Consultores de Engenharia Lda o contrato de prestação de serviços tendo por objecto a elaboração de alterações ao projecto de execução da sede da Junta de Freguesia de S. Salvador do Campo, pelo preço de 11.900,00 € (onze mil e novecentos euros), mais IVA;-----

- despacho de catorze de Outubro que ratificou a decisão de supressão de trabalhos incluídos no contrato inicial da empreitada de “Pavimentação do C.P. de Aldeia Nova até à Portela – 3ª fase – Guimarei”, no valor de 15.678,65 € (quinze mil seiscentos e setenta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos).-----

A referida empreitada foi adjudicada por despacho do Presidente da Câmara de quinze de Outubro de dois mil e oito, pelo valor inicial de 123.808,80 € (cento e vinte e três mil oitocentos e oito euros e oitenta cêntimos).-----

- despacho da mesma data que homologou trabalhos a mais executados na empreitada de “Beneficiação da Escola de Campinhos – Agrela, Arranjos Exteriores”, no valor de 6.350,80 € (seis mil trezentos e cinquenta euros e oitenta cêntimos).-----

A referida empreitada foi adjudicada por despacho do Presidente da Câmara, de nove de Setembro de dois mil e oito, pelo preço de 69.926,46 € (sessenta e nove mil novecentos e vinte e seis euros e quarenta e seis cêntimos).-----

c) Pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata foi apresentada a seguinte declaração:-----

Declaração dos Vereadores eleitos nas Listas do PPD/PSD

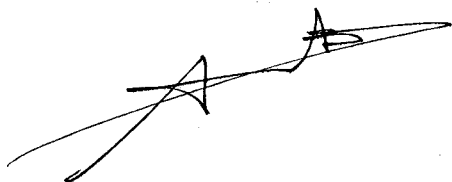
Reunião da Câmara Municipal de 05 de Novembro de 2009

Período de Antes da Ordem do Dia

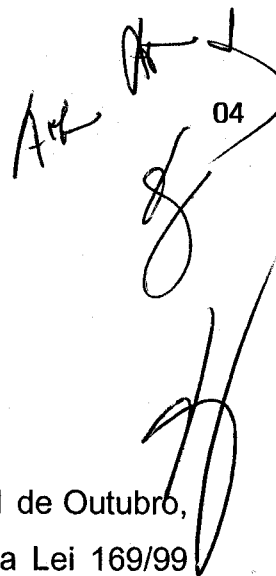
Na sessão solene de tomada de posse que se realizou no passado dia 31 de Outubro, o Senhor Presidente da Câmara, usando da faculdade consagrada na Lei 169/99 conjugada com a Lei 5-A/2002, usou com toda a legitimidade, da palavra, proferindo um longo discurso, que aqui nos permitimos contraditar.

Na primeira parte do discurso, V. Ex<sup>a</sup>, Senhor Presidente, desferiu um violento ataque aos partidos da oposição, cujo <sup>texto</sup> parte do <sup>que se</sup> "...Não é democrático, que se lamente publicamente e sucessivamente os resultados eleitorais, quando eles não nos são favoráveis. Nem é legítimo que se procure dividir a população do concelho, dando a uns, o estatuto de falsa "massa crítica" e a outros, um pretenso estatuto menor. Não se deve alimentar o divisionismo interno, com os resultados nefastos que se conhecem do passado..."

Esta parte do discurso proferido pelo Senhor Presidente, que o PSD repudia e reprovava, reflecte em toda a linha a intolerância de V. Ex<sup>a</sup> para com aqueles que pensam de forma diversa.



Arh 04



A  
Ar  
Ar  
05

Nunca em momento algum, o PSD procurou dividir a população do concelho, aliás, os 18.700 votos conquistados são a prova do que afirmamos. A campanha do PSD nunca primou pelo ataque pessoal, ao contrário, foi feita de forma transparente e assente em propostas e programas concretos, que democraticamente fizemos chegar às populações de Santo Tirso. Disso, os Tirsenses são testemunhas. Para o PSD, só existe um concelho, que consideramos uno e indivisível, embora assente nas suas múltiplas diversidades e realidades, que sempre respeitamos e respeitaremos.

Aceitamos com humildade democrática o veredicto dos eleitores, e respeitamos as suas decisões. As afirmações de V. Ex<sup>a</sup>, carregadas de sentimentos negativos, evidenciam um total e inequívoco desrespeito pelos adversários, e mancharam a cerimónia de tomada de posse dos órgãos que emergiram das últimas eleições autárquicas, que deveria ter constituído um momento alto e positivo para Santo Tirso. V. Ex<sup>a</sup> quis constranger os eleitos nas listas do PSD, que neste acto, nem sequer poderiam responder-lhe, mas a única coisa que conseguiu, foi desrespeitar e embaraçar os convidados.

Os eleitos do PSD, quer na vereação, quer na AM, não se deixaram<sup>v</sup> condicionar pela violência do ataque por V. Ex<sup>a</sup> desferido, e por isso, vão exercer o mandato que os Tirsenses lhes confiaram, sempre com elevado sentido de responsabilidade e espírito de missão. Não vamos defraudar os Tirsenses.

É certo, que V. Ex<sup>a</sup> e o partido socialista, ganharam as eleições, porque obtiveram mais votos, e com isso a legitimidade de gerir os destinos do concelho durante o próximo quadriénio. Enquanto Tirsenses, esperamos e desejamos, para bem de Santo Tirso, que seja bem sucedido nessa missão. Da parte dos eleitos nas listas do PSD contará com uma oposição atenta, corajosa, responsável e construtiva.

Santo Tirso, 2009-11-05

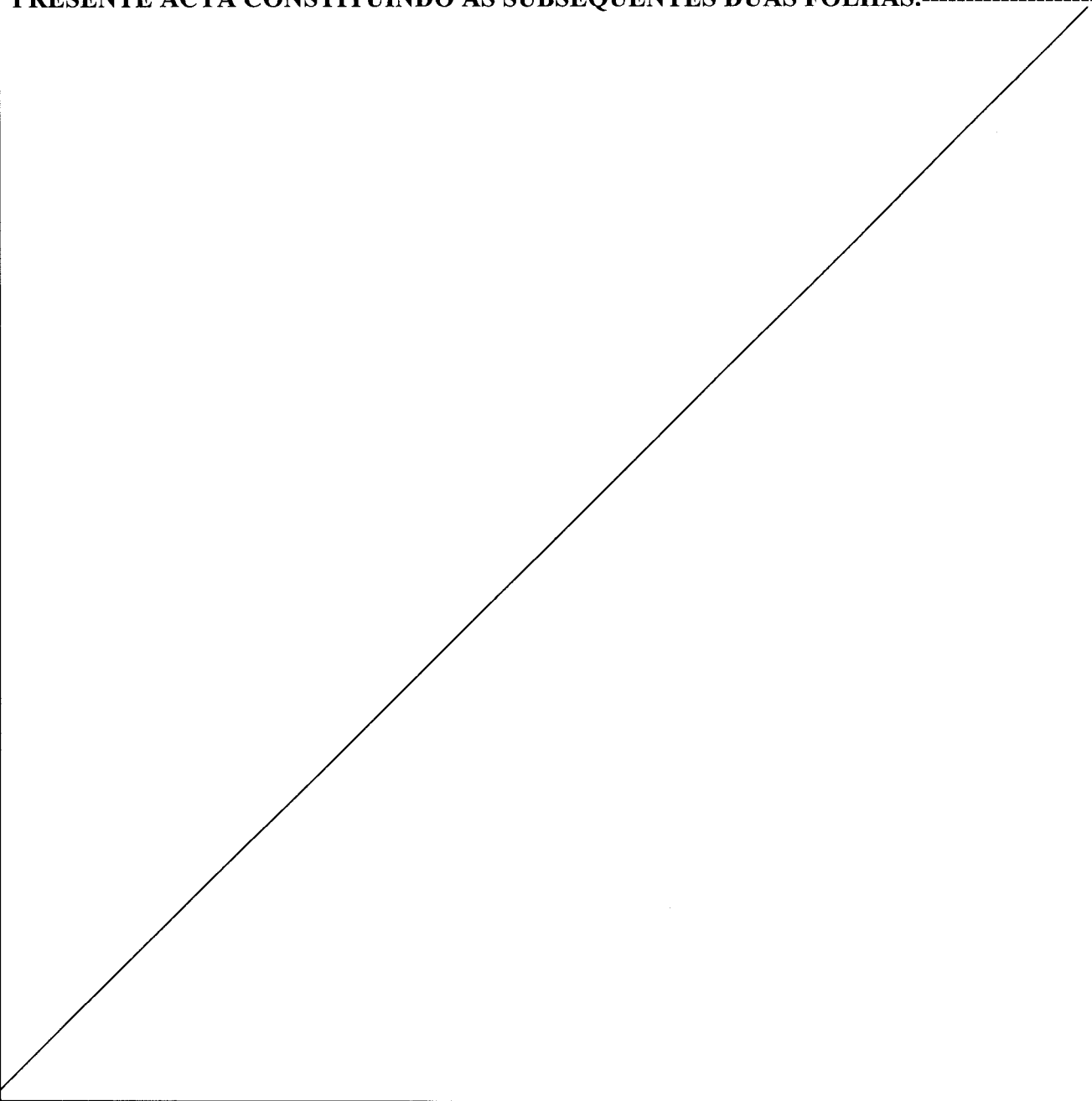


A<sup>2</sup>

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

**LOGO DE SEGUIDA ENTROU-SE NA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS ASSUNTOS PREVIAMENTE INCLUÍDOS NA ORDEM DO DIA A QUAL SE ANEXA À PRESENTE ACTA CONSTITUINDO AS SUBSEQUENTES DUAS FOLHAS.-----**





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

07  
Ar  
[Signature]

**REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05/NOVEMBRO/2009 – ACTA Nº 24**

**ORDEM DO DIA**

- 1 – Aprovação da acta da última reunião ordinária (21/10/2009)
- 2 – Designação do Secretário das Reuniões da Câmara Municipal
- 3 – Periodicidade e Horas das reuniões ordinárias
- 4 – Número de Vereadores a tempo inteiro para o mandato iniciado em 31 de Outubro de 2009
- 5 – Nomeação dos membros do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento para o mandato iniciado em 31 de Outubro de 2009
- 6 – Proposta de Delegação de Competências no Presidente da Câmara
- 7 – Regime Jurídico da Contratação Pública: Proposta de Delegação de Competências nos SMAES
- 8 – Composição das Comissões de Vistorias
- 9 – Regime Jurídico de exercício da actividade industrial (DL 209/2008. de 29/10): Designação do gestor do procedimento do registo relativo ao regime especial previsto no artigo 41º do referido diploma legal
- 10 – Contrato de Financiamento no âmbito do Programa Operacional Regional Norte: Realização da operação designada “Unidade de Saúde de Areias – Caldas da Saúde”: Ratificação
- 11 – Alteração da minuta do contrato de compra e venda de 45 fracções autónomas na freguesia de Vila das Aves: Ratificação de despacho do Presidente da Câmara de 29/10/2009



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO**

08

Ate

- 12 – Empreitada: “Unidade de Saúde de Areias”: Decisão sobre erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados (artigo 61º do Código dos Contratos Públicos)
- 13 - Empreitada: “Unidade de Saúde de S. Martinho do Campo”: Decisão sobre erros e omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados (artigo 61º do Código dos Contratos Públicos)
- 14 - Aquisição de terrenos necessários à execução do projecto denominado “Caminho Pedonal em S. Tiago da Carreira – Santo Tirso”: Resolução de Expropriar duas parcelas de terreno necessárias para o efeito: Rectificação da deliberação camarária de 29/07/2009
- 15 – Proposta de atribuição de subsídios a Ranchos Folclóricos
- 16 – Requerimento de Carlos Alberto da Silva Carvalho: Pedido de adjudicação do direito de ocupação da loja n.º 10 da Central de Camionagem
- 17 – Outros Subsídios

- Processos de licenciamento de loteamento e obras particulares

Santo Tirso, 02 de Novembro de 2009

O Presidente,





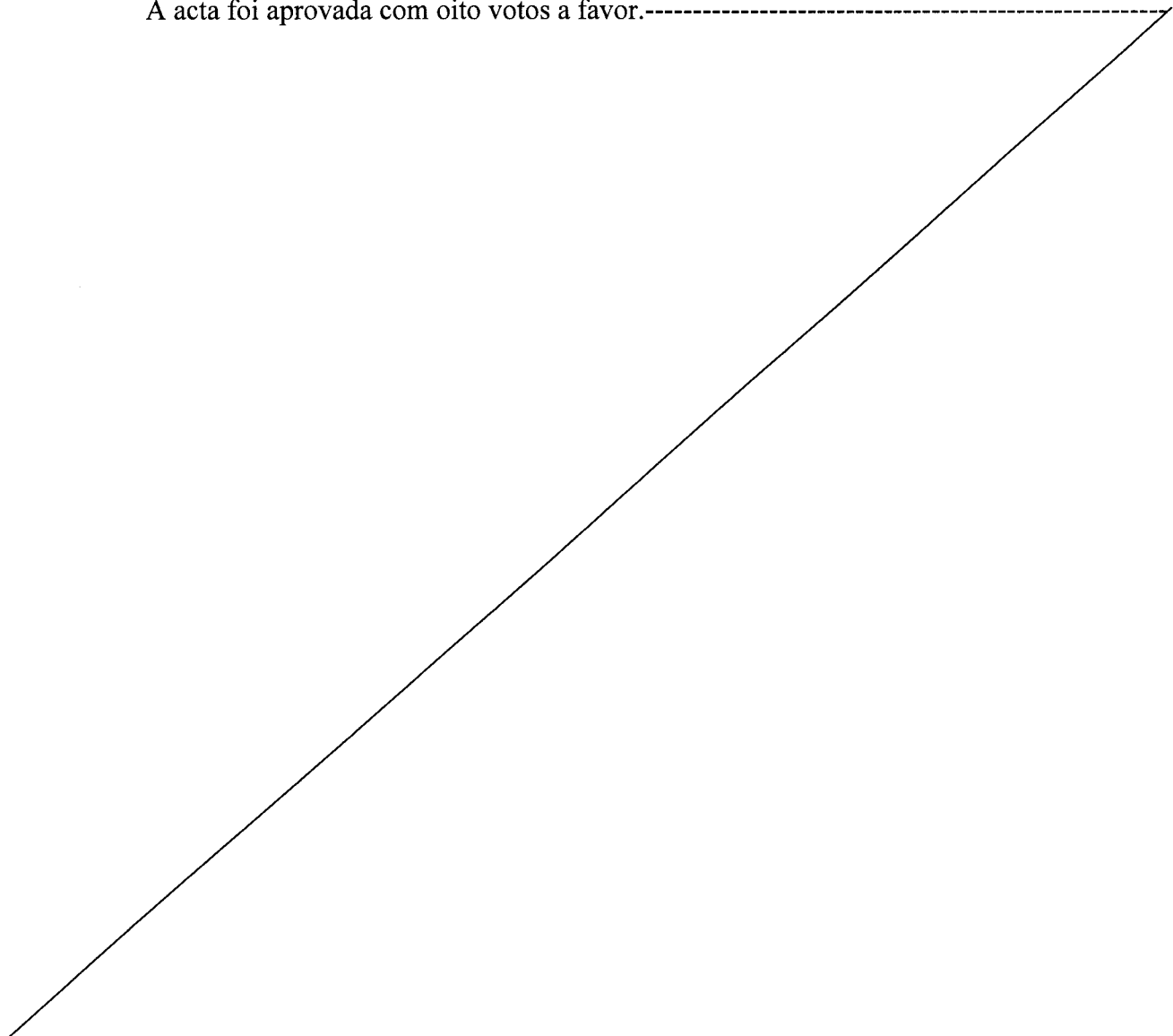
Act

**1. APROVAÇÃO DA ACTA DA ÚLTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA (21/10/2009).-----**

Presente a acta da reunião ordinária realizada no dia vinte e um de Outubro findo, da qual se forneceu cópia a cada um dos senhores edis.-----

Após apreciação da referida acta, o Senhor Presidente propôs, nos termos do número dois do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse aprovar a aludida acta.-----

A acta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Art

Handwritten signature or mark.

## 2. DESIGNAÇÃO DO SECRETÁRIO DAS REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL.

Pelo Senhor Presidente foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando o disposto no artigo 14º, n.º 1, do Código do Procedimento Administrativo, aplicável ao funcionamento da Câmara Municipal em tudo o que a Lei 169/99, de 18 de Setembro, não disponha de modo diferente;-----

Considerando a mudança do executivo municipal, decorrente das eleições autárquicas de onze de Outubro findo;-----

Considerando o disposto no n.º 2 do artigo 92º da Lei 169/99, proponho que a Câmara delibere designar a funcionária Maria Adriana Salgado Magalhães, Directora do Departamento Administrativo, para Secretária do executivo municipal, sendo substituída nas suas ausências pela funcionária Diana Paula Ferreira Salgado, Chefe da Divisão Jurídica e do Contencioso, e na eventual ausência desta, pela funcionária Ana Maria Magalhães do Vale, Coordenadora Técnica, afecta à Divisão de Administração Geral, com efeitos a partir da presente reunião.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----

Large diagonal line across the bottom of the page, likely indicating the end of the document or a signature line.



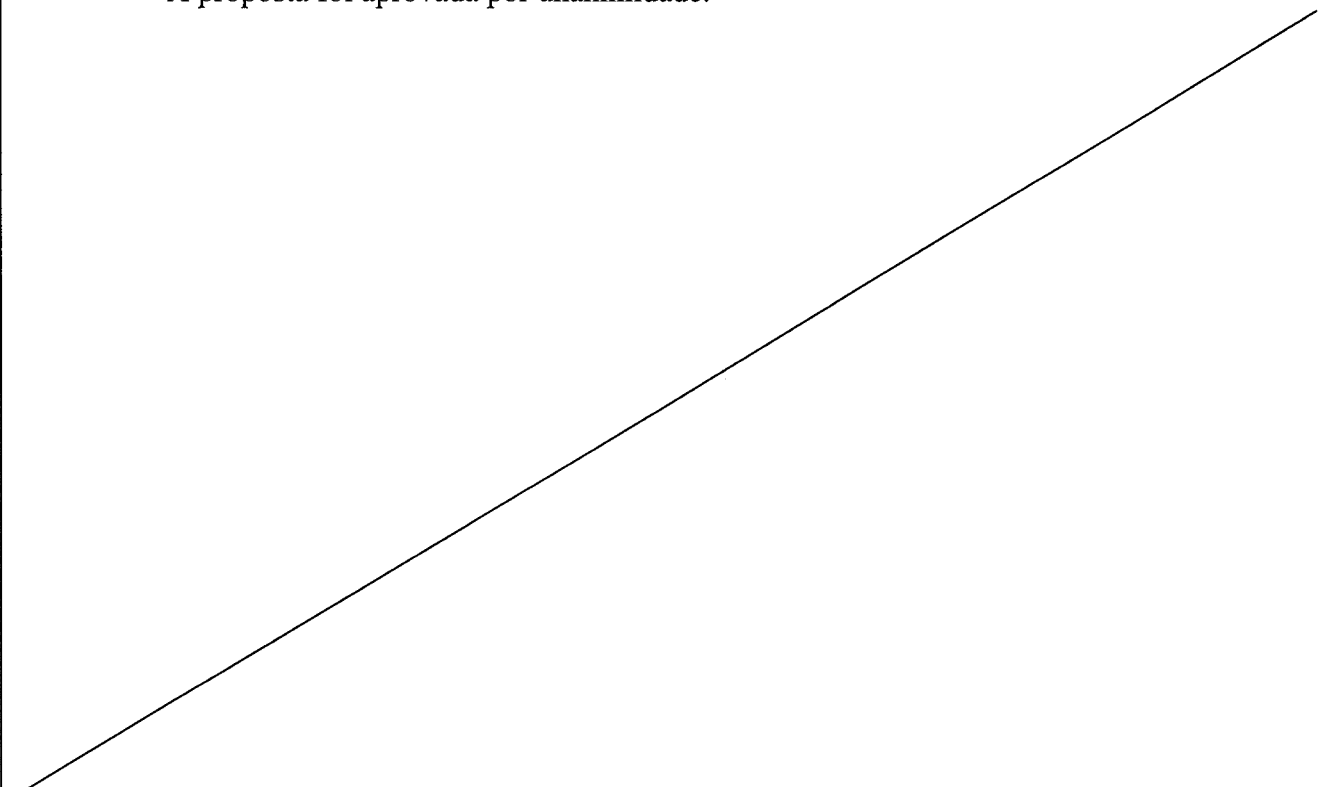
At

**3. PERIODICIDADE E HORAS DAS REUNIÕES ORDINÁRIAS.**-----

O Senhor Presidente propôs, nos termos dos números 1 e 2 do artigo 62º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, que a Câmara deliberasse que as reuniões ordinárias se realizassem quinzenalmente, por ser essa a periodicidade mais conveniente para o funcionamento dos serviços, no Salão Nobre do edifício sede do município, ou em outra sala própria para o efeito, às quartas-feiras, com início às nove horas e trinta minutos, sendo pública a última reunião de cada mês, tendo lugar a próxima reunião de câmara no dia dezoito do corrente mês, com carácter público.-----

Os dias das reuniões, para os meses de Novembro e Dezembro do ano em curso, e para o ano de dois mil e dez, em conformidade com aquela proposta, constam dos mapas anexos à presente acta e que dela ficam a fazer parte integrante para todos os efeitos legais, constituindo as subsequentes duas folhas.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

12

Ar

4/

# \* REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL \*

## ANO DE 2009

Dias das Reuniões Ordinárias da Câmara Municipal de Santo Tirso  
para o ano de 2009.

<b>NOVEMBRO</b>	<b>18</b>
<b>DEZEMBRO</b>	<b>02 – 16 – 30</b>

As reuniões têm início às **9h30m** e realizam-se em sala própria da  
sede do Município, sendo pública a última reunião de cada mês.



CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO TIRSO

13

Ac

H

# **\* REUNIÕES ORDINÁRIAS DA CÂMARA MUNICIPAL \***

## **ANO DE 2010**

Dias das Reuniões Ordinárias da Câmara Municipal de Santo Tirso  
para o ano de 2010.

<b>JANEIRO</b>	<b>13 – 27</b>
<b>FEVEREIRO</b>	<b>10 – 24</b>
<b>MARÇO</b>	<b>10 – 24</b>
<b>ABRIL</b>	<b>07 – 21</b>
<b>MAIO</b>	<b>05 – 19</b>
<b>JUNHO</b>	<b>02 – 16 – 30</b>
<b>JULHO</b>	<b>14 – 28</b>
<b>AGOSTO</b>	<b>11 – 25</b>
<b>SETEMBRO</b>	<b>08 – 22</b>
<b>OUTUBRO</b>	<b>06 – 20</b>
<b>NOVEMBRO</b>	<b>03 – 17</b>
<b>DEZEMBRO</b>	<b>02 – 15 – 29</b>

As reuniões têm início às **9h30m** e realizam-se em sala própria da  
sede do Município, sendo pública a última reunião de cada mês.



At  
[Signature]

**4. NÚMERO DE VEREADORES A TEMPO INTEIRO PARA O MANDATO INICIADO EM 31 DE OUTUBRO DE 2009.**-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi dito:-----

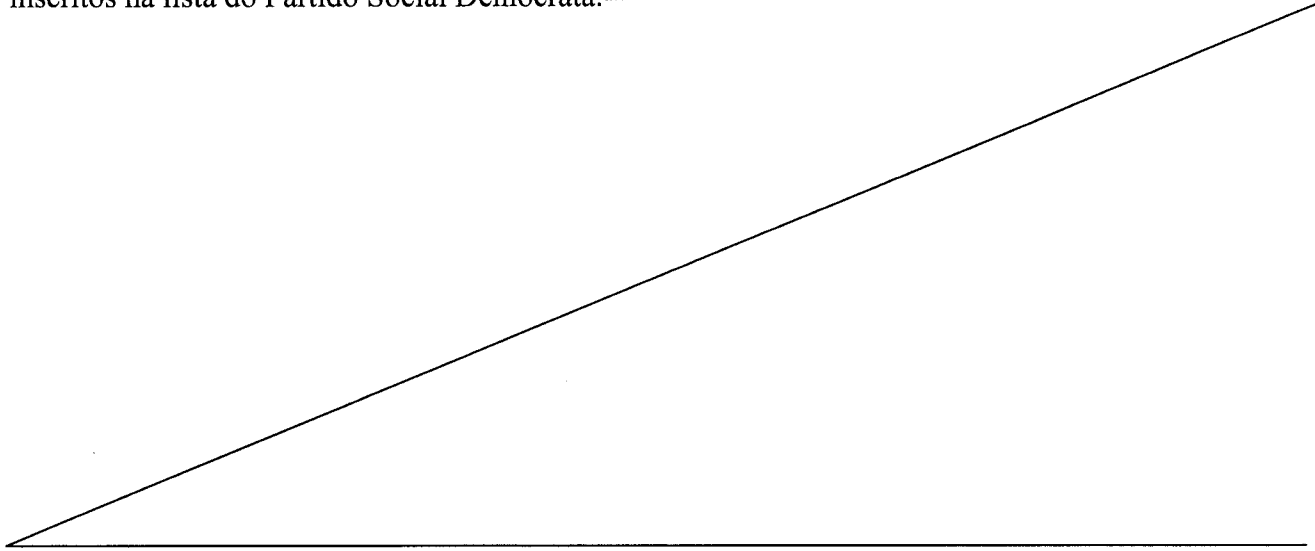
Considerando o vasto leque de atribuições cometidas ao município e a complexidade das competências conferidas por lei à Câmara Municipal e ao seu Presidente para a prossecução dessas atribuições;-----

Considerando o número de eleitores do município de Santo Tirso (64.263);-----

Considerando que para assegurar o bom exercício dessas competências é necessária a existência de Vereadores a tempo inteiro cujo número, desde já, entendo fixar em dois;-----

Considerando, porém, que o limite legal de Vereadores a tempo inteiro – dois – é manifestamente insuficiente, proponho, à semelhança de mandatos anteriores, que a Câmara delibere, nos termos do artigo 58º, n.º 2, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, a criação de dois lugares adicionais de Vereadores a tempo inteiro, sendo, consequentemente, fixado em quatro o número de Vereadores a tempo inteiro para o mandato de quatro anos iniciado em trinta e um de Outubro findo.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor, dos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista Partido Socialista e três abstenções dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----





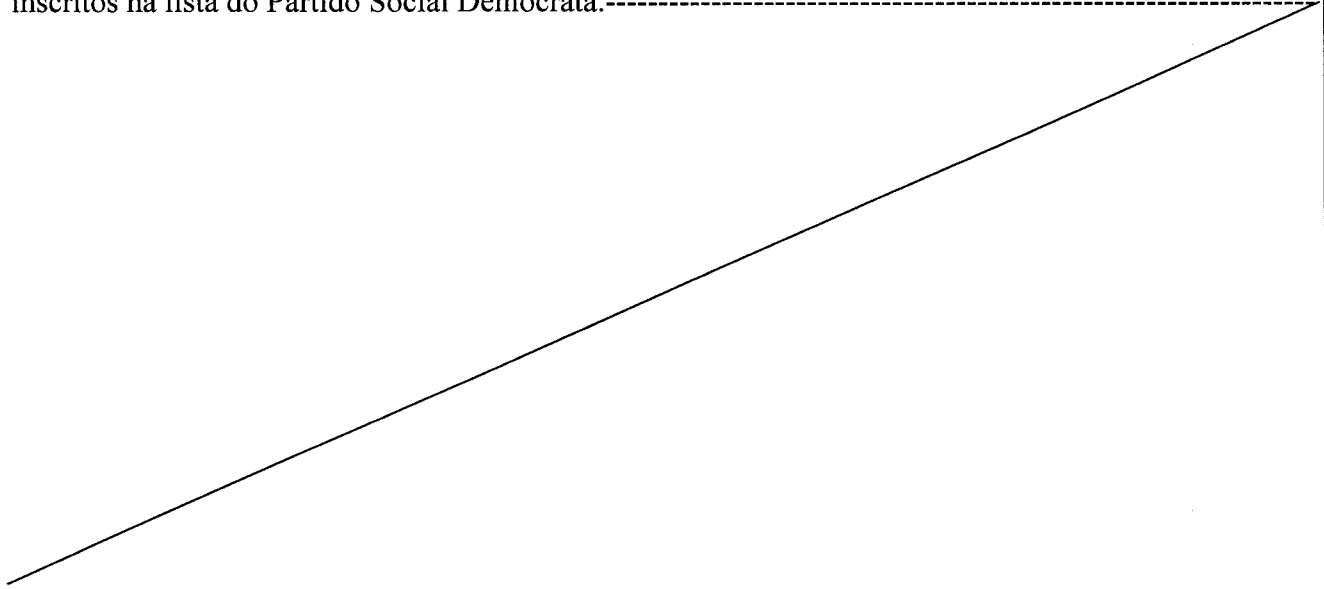
Ar

**5. NOMEAÇÃO DE MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA, ELECTRICIDADE E SANEAMENTO PARA O MANDATO INICIADO EM 31 DE OUTUBRO DE 2009.**-----

Pelo Senhor Presidente e restantes edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi proposto que a Câmara deliberasse, nos termos do artigo 64º, n.º 1, alínea i) da Lei 169/99, de 18 de Setembro, nomear para o Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento para o mandato acima referido, os seguintes membros:-----

- Eng.º António Alberto de Castro Fernandes, Presidente da Câmara e que presidirá ao Conselho de Administração, nos termos da 1ª parte do artigo 169º do Código Administrativo;-----
- Engª Ana Maria Moreira Ferreira, Vereadora;-----
- Luis Gonzaga da Silva Freitas Rodrigues, Vereador;-----
- Dra. Júlia Odete de Paiva Godinho Moinhos Costa, Vereadora;-----
- Dr José Pedro dos Santos Ferreira Machado, Vereador;-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor, dos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e três abstenções dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----





## **6. PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA.**-----

Pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi apresentada a seguinte proposta:-----

Tem-se verificado nos últimos tempos uma crescente transferência de atribuições do Estado para as autarquias locais, o que conduz à complexidade das funções das autarquias, sujeitas a uma profusão de legislação administrativa, muitas vezes pouco clara, e até contraditória;-----

Paralelamente, as exigências da sociedade moderna impõem uma resposta pronta, correcta e com qualidade às necessidades dos cidadãos, que efective direitos e viabilize iniciativas, o que não se compadece com processos e métodos de trabalho burocráticos;-----

Na adopção de medidas de modernização administrativa, de forma a aperfeiçoar os sistemas internos de gestão, organização e funcionamento, devem ser privilegiados os mecanismos de delegação e subdelegação de competências, nos termos legalmente previstos, que propiciem respostas céleres às solicitações dos utentes e proporcionem um pronto cumprimento de obrigações e uma gestão mais célere e desburocratizada;-----

Face ao exposto, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 1 do artigo 65º e da alínea d) do n.º 7 do artigo 64º, ambos da Lei 169/99, de 18 de Setembro, propomos que a Câmara Municipal delegue no Presidente da Câmara, com a faculdade de subdelegação em quaisquer dos Vereadores, as competências abaixo referidas.-----

Em cumprimento do disposto no n.º 3 do referido artigo 65º, o presidente ou os vereadores devem informar a Câmara das decisões geradoras de custo ou proveito financeiro proferidas ao abrigo de delegação ou subdelegação de competências da Câmara, na reunião que imediatamente se lhes seguir.-----

### **1 - NO ÂMBITO DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS E NO DA GESTÃO CORRENTE:**-----





- a) - Executar e velar pelo cumprimento das deliberações da Assembleia Municipal;-----
- b) - Proceder à marcação das faltas dos membros da Câmara Municipal e à respectiva justificação;-----
- c) - Alienar os bens móveis que se tornem dispensáveis, nos termos da lei;-----
- d) - Adquirir e alienar ou onerar bens imóveis de valor até 1.000 vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública (actualmente até 343.280,00 €);
- e) - Alienar em hasta pública, independentemente de autorização do órgão deliberativo, bens imóveis de valor superior ao da alínea anterior, desde que a alienação decorra da execução das opções do plano.-----
- f) - Apoiar ou participar no apoio à acção social escolar e às actividades complementares no âmbito de projectos educativos, nos termos da lei;-----
- g) - Organizar, aprovar e gerir os transportes escolares, cabendo-lhe, nomeadamente, exercer as competências previstas no artigo 10º do Decreto - Lei 299/84, de 5 de Setembro, desde que, relativamente à aprovação, do respectivo plano não resulte uma despesa para o município superior a 748.197,00 €;-----
- h) - Dar cumprimento, no que diz respeito à câmara, ao Estatuto do Direito de Oposição, aprovado pela Lei 24/98, de 26 de Maio;-----
- i) - Decidir sobre a administração de águas públicas sob a jurisdição do município;-----
- j) - Promover a publicação de documentos, anais ou boletins que interessem à história do município, sem prejuízo do disposto no regime jurídico da Contratação Pública em matéria de aquisição de serviços;-----
- k) - Decidir sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos;-----
- l) - Estabelecer a denominação das ruas e praças das povoações e estabelecer as regras de numeração dos edifícios;-----
- m) - Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos e gatídeos, nos termos da legislação aplicável;-----



Am

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

n) - Decidir sobre a deambulação e extinção de animais nocivos, nos termos legalmente previstos;-----

o) - Declarar prescritos a favor do município, nos termos e prazos fixados na lei geral, e após publicação de avisos, os jazigos, mausoléus, ou outras obras, assim como sepulturas perpétuas instaladas nos cemitérios propriedade municipal, quando não sejam conhecidos os seus proprietários ou relativamente aos quais se mostre que, após notificação judicial, se mantém desinteresse na sua conservação e manutenção, de forma inequívoca e duradoura;-----

p) - Remeter ao Tribunal de Contas, nos termos da lei, as contas do município.-----

**2 - NO ÂMBITO DO PLANEAMENTO E DO DESENVOLVIMENTO:-----**

a) - Executar as opções do plano e o orçamento aprovados;-----

b) - Aprovar alterações às opções do plano e ao orçamento;-----

c) - Elaborar e aprovar as normas de controlo interno, bem como o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, e ainda os documentos de prestação de contas, a submeter à apreciação e votação do órgão deliberativo;-----

d) - Criar, construir e gerir instalações e equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património municipal ou colocados, por lei, sob a administração municipal;-----

e) - Participar em órgãos de gestão de entidades da administração central, nos casos, nos termos e para os efeitos estabelecidos por lei;-----

f) - Colaborar no apoio a programas e projectos de interesse municipal, em parceria com outras entidades da administração central;-----

g) - Designar os representantes do município nos conselhos locais, nos termos da lei;-----

h) - Promover e apoiar o desenvolvimento de actividades artesanais, de manifestações etnográficas e a realização de eventos relacionados com a actividade económica de interesse municipal;-----

i) - Assegurar, em parceria ou não com outras entidades públicas ou privadas, nos termos



da lei, o levantamento, classificação, administração, manutenção, recuperação e divulgação do património natural, cultural, paisagístico e urbanístico do município, incluindo a construção de monumentos de interesse municipal.-----

**3 - NO ÂMBITO CONSULTIVO:-----**

a) - Participar em órgãos consultivos de entidades da administração central, nos casos estabelecidos por lei.-----

**4 - NO ÂMBITO DO APOIO A ACTIVIDADES DE INTERESSE MUNICIPAL:---**

a) - Participar na prestação de serviços a estratos sociais desfavorecidos ou dependentes, em parceria com as entidades competentes da administração central, e prestar apoio aos referidos estratos sociais, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal;-----

b) - Assegurar o apoio adequado ao exercício de competências por parte do Estado, nos termos definidos por lei.-----

**5 - EM MATÉRIA DE LICENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO:-----**

5.1. Conceder licenças nos casos e nos termos estabelecidos por lei, designadamente para construção, reconstrução, alteração, ampliação, conservação ou demolição de edifícios, assim como para estabelecimentos insalubres, incómodos, perigosos ou tóxicos, nomeadamente:-----

5.1.1. Competências previstas no Decreto – Lei 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações entretanto introduzidas (Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação):-----

a) A competência prevista no n.º 1 do artigo 5º, para concessão de licenças administrativas para realização das operações urbanísticas referidas no n.º 2 do artigo 4º daquele diploma legal;-----

b) A competência prevista no n.º 3 do artigo 5º, em conjugação com o disposto no artigo 16º, para aprovar os pedidos de informação prévia sobre a viabilidade de realização de quaisquer operações urbanísticas;-----

c) Aprovar destaques de uma única parcela de prédio que não cumpram os requisitos previstos nos números 4 e 5 do artigo 6º do referido DL;-----



A<sup>+</sup>

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

**d)** A competência prevista no n.º 6 do artigo 23º para a concessão de licença parcial para construção da estrutura, nos termos e condições previstas na lei;-----

**e)** Aprovar os termos dos contratos previstos no n.º 3 do artigo 25º do referido diploma legal, bem como decidir sobre o montante da caução aí prevista;-----

**f)** Aprovar os acordos de cooperação previstos no n.º 1 do artigo 46º daquele diploma legal, relativamente à gestão das infra-estruturas e dos espaços verdes e de utilização colectiva;-----

**g)** Decidir sobre o montante da caução destinada a assegurar a boa e regular execução das obras de urbanização, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 54º;-----

**h)** Decidir sobre o reforço do montante da caução, nos termos e nas condições previstas na alínea a) do n.º 4 do mesmo artigo 54º;-----

**i)** Decidir sobre a redução da caução, a requerimento do interessado, em conformidade com o andamento dos trabalhos;-----

**j)** Aprovar os termos dos contratos de urbanização previstos no artigo 55º;-----

**k)** Declarar as caducidades previstas no artigo 71º do referido diploma legal, nos casos e nos termos previstos na lei;-----

**l)** Promover a publicitação da emissão de alvarás de licença de loteamentos, nos termos da lei;-----

**m)** Decidir a realização das obras por conta do titular do alvará ou do apresentante da comunicação prévia, nos termos previstos no artigo 84º do referido diploma legal;-----

**n)** A competência prevista no artigo 87º do diploma legal acima referido, para decidir sobre a recepção provisória e definitiva das obras de urbanização após a sua conclusão ou depois de findo o correspondente prazo de garantia, respectivamente;-----

**o)** A competência prevista no n.º 9 do artigo 85º do referido diploma legal, para emitir oficiosamente alvará para execução de obras por terceiro, nos termos legalmente previstos;-----

**p)** A competência prevista no n.º 3 do artigo 88º, para reconhecer o interesse na conclusão de obras inacabadas e emitir a licença especial aí prevista;-----



Am

q) Determinar, mediante prévia vistoria, a execução de obras de conservação necessárias à correcção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético, nos termos previstos no artigo 89º e seguintes do mesmo diploma legal.-----

**5.1.2 Competências previstas no Decreto – Lei 234/2007, de 19 de Junho e Decreto Regulamentar n.º 20/2008, de 27 de Novembro** (regime jurídico da instalação, modificação, exploração e funcionamento dos **estabelecimentos de restauração ou de bebidas**):-----

a) Decidir sobre a dispensa do cumprimento dos requisitos, nos termos previstos no artigo 8º do referido Decreto-Lei;-----

**5.1.3 Competências previstas no Decreto – Lei 259/2007, de 17 de Julho** (regime jurídico dos **estabelecimentos de comércio ou de armazenagem de produtos alimentares**, bem como dos estabelecimentos de comércio de **produtos não alimentares e de prestação de serviços cujo funcionamento pode envolver riscos para a saúde e segurança das pessoas**):-----

a) A competência para emitir o comprovativo da apresentação de declaração prévia, conforme previsto no n.º 3 do artigo 4º do referido DL;-----

**5.1.4 Competências previstas no Decreto – Lei 39/2008, de 7 de Março** (regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos **empreendimentos turísticos**):-----

a) A competência para decidir sobre os pedidos de informação prévia sobre a possibilidade de instalação de empreendimentos turísticos;-----

b) As competências previstas no n.º 2 do artigo 22º de referido diploma legal, para:-----

- Fixar a capacidade máxima dos empreendimentos de turismo de habitação;-----

- Fixar a capacidade máxima dos empreendimentos de turismo no espaço rural, com excepção dos hotéis rurais;-----

- Fixar a capacidade máxima dos parques de campismo e de caravanismo;-----

- Efectuar e manter o registo do alojamento local disponível ao público.-----

c) Declarar a caducidade prevista no n.º 1 do artigo 33º e proceder à cassação e apreensão



Au

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Handwritten signature or initials.

do respectivo alvará;-----

d) A competência prevista no artigo 39º do mesmo diploma legal, para a dispensa dos requisitos exigidos para a atribuição da classificação;-----

e) A competência para requerer a declaração de interesse para o turismo prevista no n.º 1 do artigo 65º do referido DL;-----

f) A competência prevista na alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 70º, para aplicação das coimas e das sanções acessórias, relativamente aos empreendimentos turísticos aí referidos.-----

**5.1.5 Competências previstas no Decreto – Lei 315/95, de 28 de Novembro** (regime jurídico de instalação e funcionamento dos **recintos de espectáculos e divertimentos públicos de natureza artística** previstos no artigo 4º deste Decreto – Lei):-----

a) Decidir sobre a concessão de licenças administrativas para realização de operações urbanísticas que tenham por objecto a instalação e o funcionamento de recintos de espectáculos de natureza artística e que se encontrem previstas no n.º 2 do artigo 4º do regime jurídico da urbanização e da edificação.-----

**5.1.6 Competências previstas no Decreto – Lei 268/2009, de 29 de Setembro** (regime jurídico do licenciamento dos **recintos itinerantes e improvisados**):-----

a) A competência prevista no artigo 3º do referido diploma legal, para a decisão dos pedidos de licenciamento de instalação de recintos itinerantes e improvisados.-----

**5.1.7 Competências previstas no Decreto – Lei 141/2009, de 16 de Junho** (regime jurídico das **instalações desportivas de uso público**):-----

a) A competência prevista no n.º 2 do artigo 13º do referido DL, para fixar a capacidade máxima de utilização e de acolhimento de eventual público, nas instalações desportivas aí referidas e nos termos legalmente previstos;-----

b) A competência prevista no n.º 3 do mesmo artigo 13º, para efectuar e manter actualizado o registo das instalações desportivas disponíveis no concelho, nos termos aí referidos.-----



Am

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

**5.1.8 Competências previstas no Decreto – Lei 267/2002, de 26 de Novembro** (regime jurídico do licenciamento de **instalações de armazenamento de produtos de petróleo e postos de abastecimento de combustíveis**):-----

a) Decidir sobre a concessão de licenças administrativas para obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação das instalações de armazenamento de produtos de petróleo abrangidos pela alínea a) do n.º 1 do artigo 5º do referido diploma legal;-----

b) Decidir sobre a concessão de licenças administrativas para obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de postos de abastecimento de combustíveis previstos na alínea b) do n.º 1 do mesmo artigo 5º;-----

c) Decidir sobre os pedidos de autorização para a execução e entrada em funcionamento das redes de distribuição previstas na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo 5º.-----

**5.1.9 Competências previstas no Decreto – Lei 260/2002, de 23 de Novembro** (regula o licenciamento de **áreas de serviço que se pretenda instalar na rede viária municipal**):-----

a) Decidir sobre a concessão de licenças administrativas para obras de construção, reconstrução, ampliação, alteração ou conservação de áreas de serviço na rede viária municipal;-----

b) Decidir sobre a concessão da licença de funcionamento de áreas de serviço na rede viária municipal;-----

c) Promover as diligências necessárias à verificação prevista no n.º 1 do artigo 7º daquele diploma legal.-----

**5.1.10 Competências previstas no Decreto – Lei 270/2001, de 06 de Outubro** (regime jurídico da **pesquisa e exploração de massas minerais – “pedreiras”**):-----

a) A competência prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 11º do referido diploma legal, para decidir sobre o pedido de atribuição da licença de exploração de pedreiras a céu aberto das classes 3 e 4, nos termos do procedimento previsto no n.º 8 do artigo 28º, e notificar o requerente para os efeitos previstos nos n.ºs 1 e 3 do artigo 29º, do mesmo decreto-lei;-----

b) Ordenar a realização das vistorias previstas no artigo 31º do referido diploma legal;----



A

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

c) Autorizar a transmissão da licença de exploração, nos termos previstos no artigo 37º do mesmo diploma legal;-----

d) Declarar a caducidade da licença de exploração, nos casos e nos termos previstos na lei;-----

e) Declarar a revogação da licença de exploração, nos casos e nos termos previstos na lei.

**5.1.11 Competências previstas no Decreto – Lei 310/2002, de 18 de Dezembro** (regula o regime jurídico do licenciamento do exercício e da fiscalização de **diversas actividades**):-----

a) A competência prevista no artigo 4º do referido diploma legal, para decidir sobre a criação e a extinção do serviço de guarda-nocturnos em cada localidade e fixação e modificação das áreas de actuação de cada guarda, nos termos da lei e do previsto no artigo 3º do Regulamento sobre o Licenciamento das actividades diversas;-----

b) A competência prevista no artigo 10º do mesmo diploma legal, para atribuição da licença para o exercício da actividade de venda ambulante de lotarias;-----

c) A competência prevista no artigo 14º daquele diploma legal, para atribuição da licença para o exercício da actividade de arrumador de automóveis;-----

d) A competência prevista no n.º 1 do artigo 18º do mesmo diploma legal, para decidir sobre os pedidos de realização de acampamentos ocasionais fora dos locais adequados à prática do campismo e caravanismo;-----

e) Decidir sobre a revogação da licença referida no número anterior, nos termos previstos no respectivo regulamento;-----

f) A competência prevista no n.º1 do artigo 23º do mesmo Decreto-Lei, para decidir sobre os pedidos de concessão ou renovação da licença de exploração de máquinas de diversão, nos termos legal e regulamentarmente previstos;-----

g) Pronunciar-se sobre os requerimentos de comunicação de mudança de local de exploração de máquinas de diversão, nos termos previstos no artigo 42º do Regulamento aprovado





Am

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

pela Assembleia Municipal em 18 de Dezembro de 2003;-----

h) A competência prevista no n.º 1 do artigo 29º do referido diploma legal, para concessão de licenças para a realização de arraiais, romarias, bailes, provas desportivas e outros divertimentos públicos organizados nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre, nos termos previstos na lei;-----

i) A competência prevista no n.º 1 do artigo 35º do mesmo Decreto-Lei, para concessão de licenças para a actividade de venda de bilhetes para espectáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda;-----

j) A competência prevista no n.º 2 do artigo 39º, para licenciar a realização das fogueiras aí referidas;-----

k) A competência prevista no n.º 1 do artigo 41º, para a concessão de licenças para a realização de leilões em lugares públicos.-----

**5.1.12 Competência previstas no Regulamento Geral do Ruído, aprovado pelo Decreto-Lei 9/2007, de 17 Janeiro:-----**

**5.1.12.1** Emitir a licença especial de ruído prevista no n.º 1 do artigo 15º do referido Regulamento, para o exercício de actividades ruidosas temporárias, nos termos legalmente previstos.

**5.1.13 Competências previstas no Decreto – Lei 122/79, de 8 de Maio (venda ambulante):-----**

**5.1.13.1** A competência prevista no n.º 8 do artigo 18º, para decidir o pedido de concessão do cartão de vendedor ambulante;-----

**5.1.13.2** A competência para decidir os pedidos de renovação anual do cartão de vendedor ambulante.-----

**5.2** Realizar vistorias, nos casos e nos termos legalmente previstos, e executar, de forma exclusiva ou participada, a actividade fiscalizadora atribuída por lei, nos termos por esta definidos;---

**5.3** Ordenar, precedendo vistoria, a demolição total ou parcial ou a execução de obras de



AL

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

*[Handwritten signature]*

conservação ou de beneficiação de construções que ameacem ruína ou constituam perigo para a saúde ou segurança das pessoas, podendo determinar a posse administrativa do imóvel para efeitos de execução coerciva das obras, se o proprietário não cumprir a ordem de execução;-----

**5.4** Ordenar o despejo administrativo dos inquilinos e demais ocupantes das edificações ou parte das edificações utilizadas sem as respectivas licenças, ou em desconformidade com as condições nelas fixadas, quando os respectivos ocupantes não cessem a utilização indevida no prazo que para o efeito lhes for fixado;-----

**5.5** Emitir licenças, matrículas, livretes e transferências de propriedade e respectivos averbamentos e proceder a exames, registos e fixação de contingentes relativamente a veículos, nos casos legalmente previstos.-----

**6 - EM MATÉRIA DE REALIZAÇÃO DE DESPESAS PÚBLICAS E DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA (Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro), ao abrigo da norma habilitante do artigo 109º do referido Código:---**

**6.1** Praticar os actos a seguir referidos, cuja estimativa / preço base / preço contratual do valor global do respectivo contrato seja superior a 149.639,37 € (30.0000 contos) e inferior ou igual a 748.196,85 € (150.000 contos);-----

**a)** Autorizar despesas inerentes aos contratos a celebrar, abrangidos pelo Código dos Contratos Públicos;-----

**b)** Tomar a decisão de contratar prevista no n.º 1 do artigo 36º do referido Código;-----

**c)** Aprovar as peças dos procedimentos de formação dos contratos;-----

**d)** Decidir sobre a escolha do procedimento de formação de contratos;-----

**e)** Designar o júri do procedimento, nos termos previstos no artigo 67º do mesmo Código, e designar peritos ou consultores para o apoiarem, de harmonia com o previsto no n.º 6 do artigo 68º;-

**f)** Proceder à rectificação de erros e omissões das peças do procedimento, de harmonia com o previsto no n.º 3 do artigo 50º;-----



Aty

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

**g)** Pronunciar-se sobre os erros e as omissões do caderno de encargos identificados pelos interessados nos termos do n.º 5 do artigo 61º;-----

**h)** Decidir prorrogações do prazo fixado para apresentação das propostas, de harmonia com o previsto no n.º 4 do artigo 64º e nos termos legalmente previstos;-----

**i)** Decidir sobre a classificação de documentos, nos termos previstos no artigo 66º, e promover a respectiva desclassificação, nos termos da mesma norma legal;-----

**j)** Tomar a decisão de adjudicação prevista no artigo 73º, ou tomar a decisão de não adjudicação, nos termos legalmente previstos;-----

**k)** Notificar o adjudicatário para os efeitos previsto no n.º 2 do artigo 77º;-----

**l)** Nos procedimentos por ajuste directo, tomar a decisão prevista no n.º 1 do artigo 126º - exigir ao adjudicatário a apresentação de documentos de habilitação;-----

**m)** Notificar os concorrentes da apresentação dos documentos de habilitação pelo adjudicatário, nos termos do artigo 85º do mesmo Código;-----

**n)** Tomar a decisão de considerar que o preço total resultante de uma proposta é anormalmente baixo, nos termos do n.º 2 do artigo 71º e para os efeitos aí referidos;-----

**o)** Aprovar as minutas dos respectivos contratos, notificá-las aos adjudicatários e decidir as reclamações apresentadas sobre as minutas dos contratos, tudo nos termos dos artigos 98º e seguintes do referido Código;-----

**p)** Prorrogar o prazo fixado para a confirmação dos compromissos assumidos por terceiras entidades, nos termos previstos no artigo 92º;-----

**q)** Comunicar ao adjudicatário a data, hora e local em ocorrerá a outorga do contrato, de harmonia com o previsto no n.º 3 do artigo 104º;-----

**r)** Declarar a caducidade da adjudicação, nos termos previstos nos artigos 86º, 91º, 93º e 105º e adjudicar a proposta ordenada em segundo lugar;-----

**s)** A competência para autorizar a dispensa de redução do contrato a escrito, nos casos



Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

*[Handwritten signature]*

previstos no n.º 2 do artigo 96º;-----

t) Autorizar o pagamento de adiantamentos de preço, em casos excepcionais, nos termos do n.º 3 do artigo 292º;-----

u) A competência prevista no n.º 1 do artigo 371º para ordenar ao empreiteiro a execução de trabalhos a mais, nos casos e termos legalmente previstos;-----

v) A competência prevista no n.º 3 do artigo 373º para se pronunciar sobre a proposta do empreiteiro relativa a trabalhos a mais que estejam nas condições previstas na alínea b) do n.º 1 do mesmo artigo 373º;-----

w) A competência para ordenar ao empreiteiro a execução de todos os trabalhos de suprimento de erros e omissões, nos termos legalmente previstos;-----

x) A competência para se pronunciar sobre a proposta do empreiteiro relativa ao preço dos trabalhos de suprimento de erros e omissões, nos termos legalmente previstos;-----

**6.2.** Praticar os actos a seguir referidos, no âmbito da execução dos contratos plenamente eficazes, relativamente a todos os contratos cujo valor caiba originariamente na competência da câmara para autorizar a despesa:-----

a) Autorizar a cessão da posição contratual e a subcontratação, nos termos previstos nos artigos 316º e seguintes;-----

b) Considerar perdida a favor do município a caução prestada pelo adjudicatário, nos termos legalmente previstos;-----

c) Promover a liberação da caução, nos termos legalmente previstos;-----

d) Efectuar adiantamentos de preço por conta das prestações a realizar, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 292º;-----

e) Exercer os poderes do contraente público previstos no artigo 302º do mesmo Código, nos termos legalmente previstos, com excepção dos poderes de modificação, resolução ou revogação do contrato quando o respectivo valor for igual ou superior a 748.196,85 € (150.000 contos), casos



Ass

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

g

em que a competência para a prática dos respectivos actos administrativos cabe à câmara municipal;--

f) Decidir reclamações apresentadas pelo empreiteiro, nos termos do artigo 345º;-----

g) A competência para a aprovação do plano de trabalhos ajustado, nos termos do artigo 361º;-----

h) A competência para a aprovação do plano de segurança e saúde;-----

i) Ordenar ou autorizar a suspensão da execução dos trabalhos, nos termos legalmente previstos;-----

j) Ordenar ao empreiteiro que deixe de executar quaisquer trabalhos previstos no contrato, nos termos legalmente previstos;-----

k) A competência para tomar todas as demais decisões do contraente público previstas no referido Código no decurso da execução dos contratos.-----

**7 - NO ÂMBITO DE COMPETÊNCIAS ATRIBUÍDAS POR REGULAMENTOS MUNICIPAIS:-----**

**7.1. Regulamento e Tabela de Taxas e Licenças Diversas da Câmara Municipal:-----**

7.1.1 Reconhecer a isenção do pagamento de taxas, nos casos previstos na norma 3ª das disposições gerais do referido Regulamento;-----

7.1.2 Decidir os pedidos de isenção ou de redução de taxas, nos casos previstos na norma 4ª das disposições gerais do mesmo regulamento;-----

**7.2. Regulamento da Taxa pela realização de Infra-Estruturas Urbanísticas:-----**

7.2.1 Reconhecer a isenção do pagamento da Taxa Municipal de Urbanização (TMU) nos casos previstos no n.º 1 do artigo 3º do referido regulamento;-----

7.2.2 Decidir os pedidos de isenção ou de redução de TMU, nos casos previstos no número 2 do artigo 3º do mesmo regulamento;-----

7.2.3 Autorizar o pagamento diferido da TMU, nos casos e nos termos previstos no artigo 11º do respectivo Regulamento;-----



Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

**7.3. Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação:-----**

**7.3.1** Decidir sobre a Compensação Urbanística, nos termos dos artigos 22º e seguintes do referido regulamento, nomeadamente:-----

**7.3.1.1** Reconhecer que se encontram preenchidas as condições definidas nas alíneas a), b) e c) do n.º 6 do artigo 17º do Regulamento do Plano Director Municipal, para efeitos de substituição das áreas de cedência por compensação monetária;-----

**7.3.1.2** Aprovar o valor da compensação a pagar, calculada nos termos do referido Regulamento;-----

**7.3.1.3** Definir e aprovar a compensação em espécie, nos termos do mesmo Regulamento;-----

**7.3.1.4** Autorizar o pagamento diferido de parte do valor da compensação, nos termos regulamentados.-----

**7.3.1.5** Reconhecer a isenção do pagamento da compensação, nos termos regulamentarmente previstos;-----

**7.3.1.6** Aprovar o valor a atribuir a bens imóveis do requerente, para efeitos de prestação de caução mediante hipoteca;-----

**7.3.1.7** Decidir os pedidos de ocupação da via pública para efeitos de realização de operações urbanísticas.-----

**7.4 Regulamento de Taxas de Obras Particulares e Loteamento:-----**

**7.4.1** Reconhecer a isenção do pagamento de taxas, nos casos previstos no n.º 1 do artigo 6º do referido Regulamento;-----

**7.4.2** Autorizar o fraccionamento do pagamento das taxas devidas pela emissão de alvarás de licenciamento ou autorização de operações urbanísticas, nos casos previstos no n.º 4 do mesmo artigo 6º;-----

**7.4.3** Decidir os pedidos de isenção ou redução do pagamentos das taxas devidas pela



Am

sf

emissão de alvarás de licenciamento ou autorização das operações urbanísticas, nos termos previstos no n.º 2 do mesmo artigo 6º.-----

**7.5 Regulamento dos Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de serviços:-----**

**7.5.1** A competência prevista no artigo 3º do referido Regulamento, para alargar, restringir ou reduzir o horário de funcionamento dos estabelecimentos, nos casos e nos termos previstos no referido artigo.-----

**7.6 Regulamento dos Cemitérios Municipais de Santo Tirso e S. Bartolomeu de Fontiscos:-----**

**7.6.1** Autorizar a inumação de cadáveres em locais especiais, nos casos previstos no n.º 2 do artigo 9º do referido Regulamento e nos termos legal e regulamentarmente previstos;-----

**7.6.2** A competência prevista no n.º 1 do artigo 58º do mesmo Regulamento, para declarar a prescrição de jazigos e sepulturas abandonadas, nos casos e nos termos previstos naquele Regulamento.-----

**7.7 Regulamento do Complexo Desportivo Municipal de Santo Tirso:-----**

**7.7.1** Decidir os pedidos de cedência de utilização regular e pontual das instalações, nos termos regulamentarmente previstos;-----

**7.7.2** Exercer o direito de utilizar as instalações para eventos promovidos ou apoiados pelo município, nos termos do n.º 8 do ponto III do referido Regulamento;-----

**7.7.3** Decidir o cancelamento da autorização de utilização das instalações, nos casos previstos no ponto V do mesmo Regulamento;-----

**7.7.4** Reconhecer a isenção e redução do pagamento de preços pela utilização das instalações desportivas, nos casos previstos no ponto VII do referido Regulamento;-----

**7.7.5** Autorizar os pedidos de utilização das instalações com transmissão televisiva;-----

**7.7.6** Autorizar a exploração de publicidade nas instalações do Complexo Desportivo



Am

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Municipal;-----

7.7.7 Autorizar a utilização das instalações do Complexo Desportivo para actividades não desportivas;-----

7.7.8 Praticar todos os demais actos necessários à gestão das instalações do Complexo Desportivo Municipal, nos termos previstos no referido Regulamento.-----

**7.8 Regulamento do subsidio ao arrendamento:-----**

7.8.1 A competência prevista no artigo 8º do referido Regulamento, para decidir os pedidos de concessão de subsidio ao arrendamento, bem como as suas renovações anuais, nos termos previstos no respectivo Regulamento;-----

7.8.2 A competência prevista no n.º 4 do artigo 11º do mesmo Regulamento, para declarar a cessação da atribuição do subsidio ao arrendamento;-----

7.8.3 A competência prevista nos n.ºs 1 e 3 do artigo 13º do mesmo Regulamento, para atribuição de casos especiais de subsidio.-----

**7.9 Regulamento Municipal de Trânsito do Concelho de Santo Tirso:-----**

7.9.1 Ordenar a remoção dos veículos em estacionamento abusivo ou de modo a constituírem evidente perigo, ou grave perturbação para o trânsito, de harmonia com o previsto no nº 1 do artigo 3º do referido Regulamento e nos demais termos legais;-----

7.9.2 Ordenar a suspensão ou condicionamento do trânsito, de harmonia com o previsto no artigo 5º do referido Regulamento e nos demais termos legais;-----

7.9.3 Reservar, nos parques e zonas destinadas ao estacionamento, áreas destinadas ao estacionamento de viaturas ao serviço de deficientes motores;-----

7.9.4 Decidir afectar os parques ou locais de estacionamento a veículos de certa espécie ou de determinados serviços de interesse público;-----

7.9.5 Emitir o cartão de residente previsto no n.º 13 do artigo 14º, bem como decidir os respectivos pedidos de renovação;-----





7.9.6 Emitir o cartão previsto no n.º 16 do mesmo artigo 14º, bem como decidir os respectivos pedidos de renovação;-----

7.9.7 Conceder autorizações especiais de circulação e permanência de viaturas em zonas reservadas a peões, de harmonia com o previsto no artigo 17º do referido regulamento;-----

7.9.8 Autorizar, eventualmente, situações previstas no artigo 21º, de harmonia com o previsto no n.º 2 desse artigo, no termos legal e regulamentarmente estabelecidos;-----

7.9.9 Autorizar operações de carga e descarga em condições diferentes das previstas no artigo 22º, de harmonia com o previsto no n.º 5 do mesmo artigo;-----

7.9.10 Autorizar as ocupações previstas no n.º 1.1 do artigo 30º, de harmonia com o previsto no ponto 1.3 do mesmo artigo;-----

**7.10 Regulamento para instalação de estabelecimentos na Estação de Camionagem:**

7.10.1 Decidir qual o procedimento a adoptar para adjudicação do direito de ocupação dos locais da Estação de Camionagem susceptíveis de utilização para fins comerciais ou serviços, nos termos previstos no n.º 2 do referido Regulamento;-----

7.10.2 Aprovar a finalidade proposta pelos interessados, nos termos previstos no n.º 3 do referido Regulamento;-----

7.10.3 Adjudicar o direito de ocupação dos referidos locais, nos termos previstos no referido Regulamento.-----

7.10.4 Declarar a caducidade do direito de ocupação das lojas, nos termos regulamentarmente previstos;-----

7.10.5 Autorizar a cedência do local, nos termos previstos no n.º 10 do mesmo regulamento.-----

**7.11 Regulamento do Mercado Municipal:-----**

7.11.1 Adjudicar o direito de ocupação das lojas ou postos de venda do Mercado Municipal, com base no valor que resultar da licitação em hasta pública, e nos demais termos legal e



regulamentarmente previstos.-----

**7.12 Regulamento de Publicidade:-----**

**7.12.1** Decidir os pedidos de licenciamento da publicidade;-----

**7.12.2** Estabelecer as distâncias e dimensões dos suportes publicitários, de harmonia com o previsto nos artigos 20º e 22º do referido regulamento;-----

**7.12.3** Notificar os respectivos titulares para proceder à remoção das estruturas nos termos previstos no n.º 3 do artigo 23º;-----

**7.12.4** Decidir os pedidos de licenciamento de publicidade em unidade móveis, veículos automóveis e ou atrelados, transportes públicos e outros, que circulem na área do município de Santo Tirso, de harmonia com o previsto no artigo 34º;-----

**7.12.5** Decidir proceder à remoção coerciva do suporte publicitário a expensas do respectivo titular, nos termos regulamentarmente previstos.-----

**8 – OUTRAS COMPETÊNCIAS:-----**

**8.1** Administrar o domínio público municipal, nos termos previstos no Decreto-Lei 280/2007, de 07 de Agosto e demais legislação aplicável;-----

**8.2 Utilização da via pública para fins diferentes da normal circulação de peões e veículos:-----**

**8.2.1** Autorizar a realização na via pública de actividades de carácter desportivo, festivo ou outras que possam afectar o trânsito normal de peões e veículos, e autorizar a suspensão ou condicionamento do trânsito nos troços das respectivas vias, nos termos previstos no **Decreto Regulamentar nº 2-A/2005, de 24 de Março** e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis;-----

**8.2.2** Decidir a suspensão ou condicionamento do trânsito nas vias sob a jurisdição do município, de harmonia com o previsto no artigo 9º do Código da Estrada.-----

**8.3** Competências previstas no **Decreto-Lei 124/2006, de 28 de Junho** (estabelece as



medidas e acções a desenvolver no âmbito do **Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios**):-----

**8.3.1** Notificar as entidades referidas nos n.ºs 1 e 2 do artigo 15º do referido DL, para cumprimento do disposto nessas normas, bem como tomar a decisão de realização dos trabalhos de gestão do combustível;-----

**8.3.2** Tomar a decisão prevista no n.º 10 do mesmo artigo 15º, de realização dos trabalhos da responsabilidade dos proprietários e demais entidades referidas no n.º 9 do mesmo artigo;-----

**8.3.3** Tomar a decisão de realizar os trabalhos de gestão de combustível previstos no n.º 11 do mesmo artigo 15º;-----

**8.3.4** A competência prevista no n.º 2 do artigo 27º, para licenciar a realização de queimadas, nos termos legalmente previstos;-----

**8.3.5** A competência prevista no n.º 2 do artigo 29º, para autorizar a utilização de fogo-de-artifício ou outros artefactos pirotécnicos;-----

**8.4** Autorizar transferências correntes ou de capital, para os Serviços Municipalizados ou para a Associação de Municípios do Vale do Ave, nos termos dos respectivos instrumentos de gestão;

**8.5** Aprovar o relatório técnico e as obras a realizar bem como a comparticipação camarária no âmbito das candidaturas ao Programa RECREIA (Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados) e aprovar o orçamento das obras a realizar ao abrigo do Programa de Apoio Financeiro Especial para realização de obras de recuperação de fogos desocupados e destinados a arrendamento com renda condicionada e para apoio a famílias carenciadas para realização de obras na sua habitação própria e permanente, designado por SOLARH, regulados, respectivamente, pelos Decretos – Lei n.º 329-C/2000, de 22 de Dezembro e 39/2001, de 9 de Fevereiro.-----

A proposta foi aprovada com cinco votos a favor dos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e três abstenções dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----



Ar

4

**7. REGIME JURÍDICO DA CONTRATAÇÃO PÚBLICA: PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ÁGUA ELECTRICIDADE E SANEAMENTO DE SANTO TIRSO.**-----

Pelos Senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, ao abrigo do disposto nos artigos 109º do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei 18/2008, de 29 de Janeiro, e 18º e 29º do Decreto - Lei 197/99, de 8 de Junho, que se mantêm em vigor por força do disposto na alínea f) do artigo 14º do referido Decreto-Lei 18/2008, em conjugação com o disposto no artigo 168º do Código Administrativo, foi proposto que a Câmara deliberasse delegar no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água, Electricidade e Saneamento a competência para autorizar despesas inerentes aos contratos a celebrar pelo município no âmbito das atribuições que estão cometidas àqueles Serviços Municipalizados pelo referido Código Administrativo e pelo Regulamento dos Serviços Municipalizados de Santo Tirso, aprovado por deliberação da assembleia municipal de vinte e três de Setembro de mil novecentos e noventa e dois, acima de 149.639,37 € (cento e quarenta e nove mil seiscientos e trinta e nove euros e trinta e sete cêntimos).-----

Propõe-se ainda a delegação da competência para a decisão de contratar, até ao mesmo montante, e, de harmonia com o previsto no n.º 3 do aludido artigo 109º, as demais competências atribuídas pelo Código da Contratação Pública ao órgão competente para a decisão de contratar.-----

A proposta foi aprovada por com cinco votos a favor, dos senhores edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista e três abstenções dos Senhores Vereadores eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Social Democrata.-----



*Ac*

*[Handwritten signature]*

## 8. COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES DE VISTORIAS.-----

Pelo Senhor Presidente e restantes edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista foi proposto que a câmara deliberasse que a composição das Comissões de Vistoria seja como a seguir se indica:-----

### 1 – Vistorias para efeitos autorização de utilização de edifícios e salubridade:-----

#### Efectivos:-----

- Sónia Alexandra Moreira Faria, engenheira civil;-----
- Rui Augusto Rebelo Moinhos, engenheiro civil;-----
- Isabel Cristina Lourenço da Rocha, engenheira civil (SMAES);-----

#### Suplentes:-----

- Artur Jorge Mendonça Rodrigues, engenheiro civil;-----
- Maria Emília Costa Fernandes, engenheira civil;-----
- Rui Nuno Ferreira de Matos, engenheiro técnico civil.-----
- Maria da Paz Gomes Pelayo, arquitecta;-----
- Carla Mónica Barbosa de Sousa Ferreira, engenheira civil;-----
- José Guilherme Sousa Santos, engenheiro civil (SMAES).-----
- Frederico Bento Martins Bossos de Mascarenhas, engenheiro (SMAES);-----

### 2 – Vistorias de Segurança:-----

#### Efectivos:-----

- Sónia Alexandra Moreira Faria, engenheira civil;-----
- Rui Augusto Rebelo Moinhos, engenheiro civil;-----
- Maria Adelaide Machado Leite Arteaga, engenheira civil;-----

#### Suplentes:-----

- Artur Jorge Mendonça Rodrigues, engenheiro civil.-----
- Rui Nuno Ferreira de Matos, engenheiro técnico civil.-----



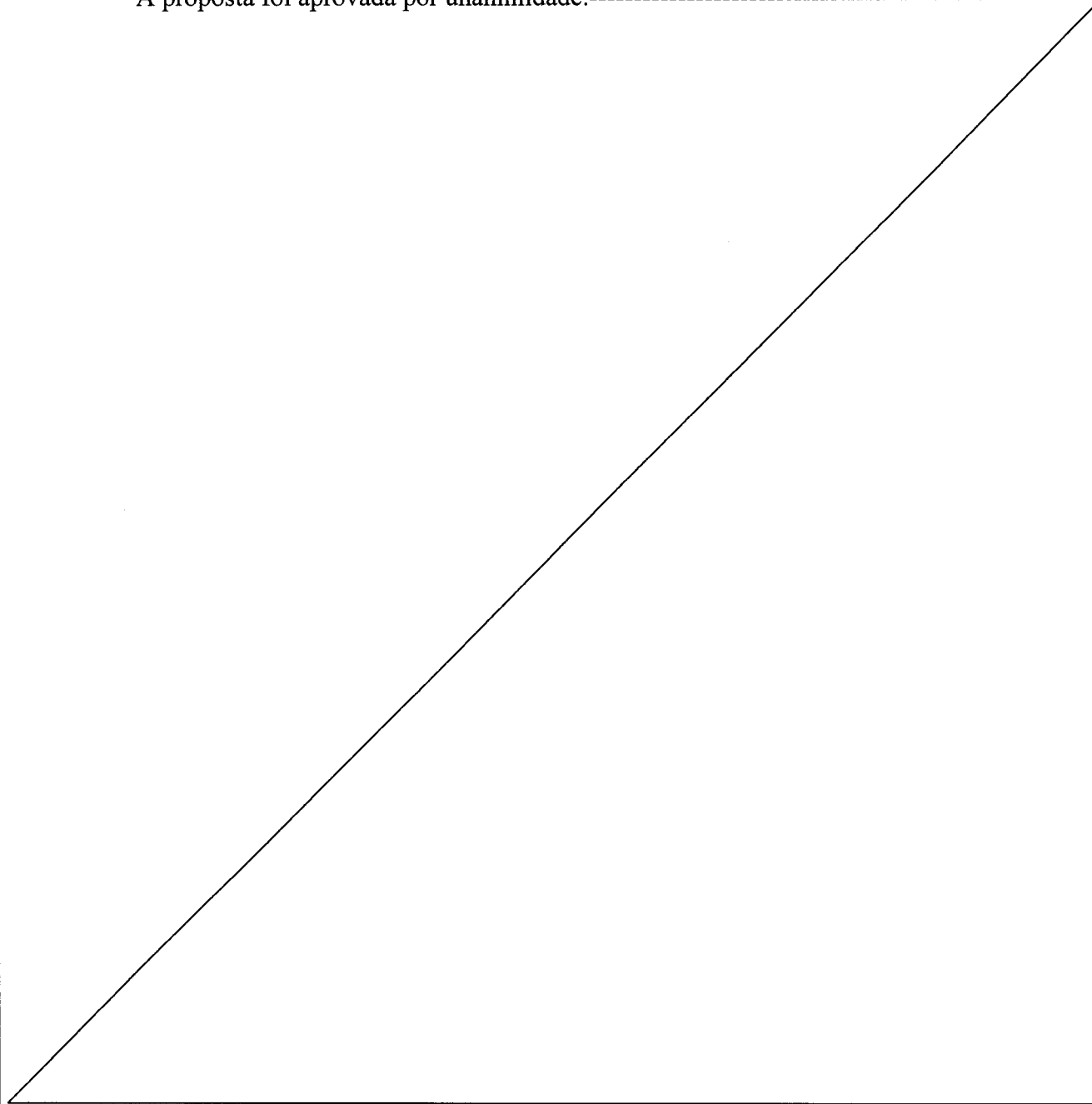
Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

- Maria Emília Costa Fernandes, engenheira civil;-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----





AE

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

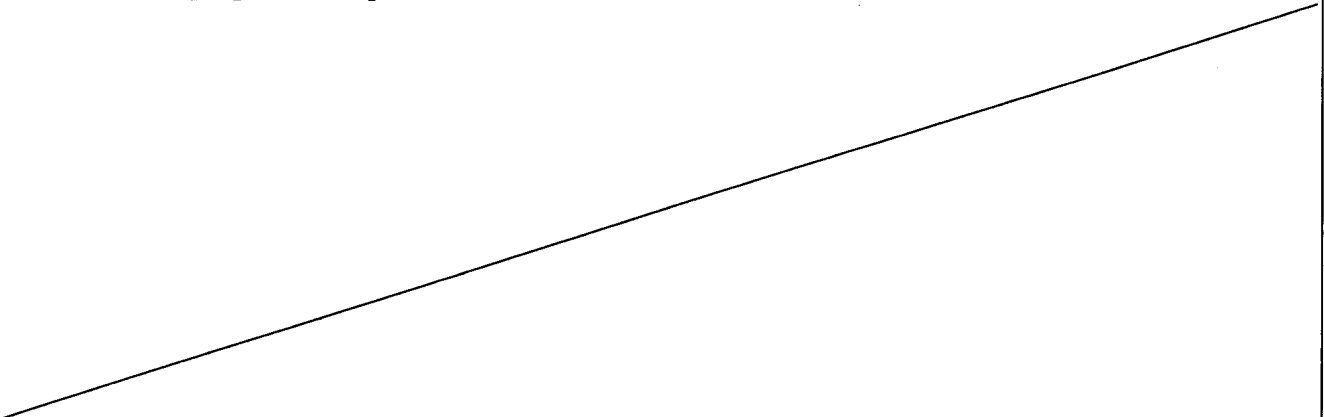
**9. REGIME JURÍDICO DE EXERCÍCIO DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL (DL 209/2008, DE 29/10): DESIGNAÇÃO DO GESTOR DO PROCEDIMENTO DO REGISTO RELATIVO AO REGIME ESPECIAL PREVISTO NO ARTIGO 41º DO REFERIDO DIPLOMA LEGAL .-----**

Pelo Senhor Presidente e demais edis eleitos enquanto inscritos na lista do Partido Socialista, foi proposto que a câmara municipal deliberasse manter a deliberação camarária de dez de Julho último (item três da respectiva acta), ou seja:-----

Que a Câmara Municipal deliberasse manter a designação do Senhor Arquitecto José António Lopes, Director do Departamento de Planeamento e Habitação, gestor do processo de registo previsto no capítulo IV do referido diploma legal (artigos 40º a 42º), designação essa de âmbito genérico de harmonia com o previsto no n.º 3 do artigo 11º do referido diploma, sendo substituído nas suas faltas ou impedimentos pela Engª Carla Mónica Barbosa Sousa Ferreira, Chefe da Divisão de Obras Particulares, em regime de substituição, delegando-lhe as competências de interlocutor do industrial em todos os contactos considerados necessários à boa instrução e apreciação do pedido de registo, nomeadamente as previstas nas alíneas a) a i) do n.º 1 do artigo 10º do referido Decreto-Lei.--

Quanto à competência para a decisão final do pedido esta cabe ao Presidente da Câmara, nos termos da alínea b) do n.º 2 do mesmo artigo 10º, a quem caberá decidir se usa da faculdade de delegação aí prevista.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





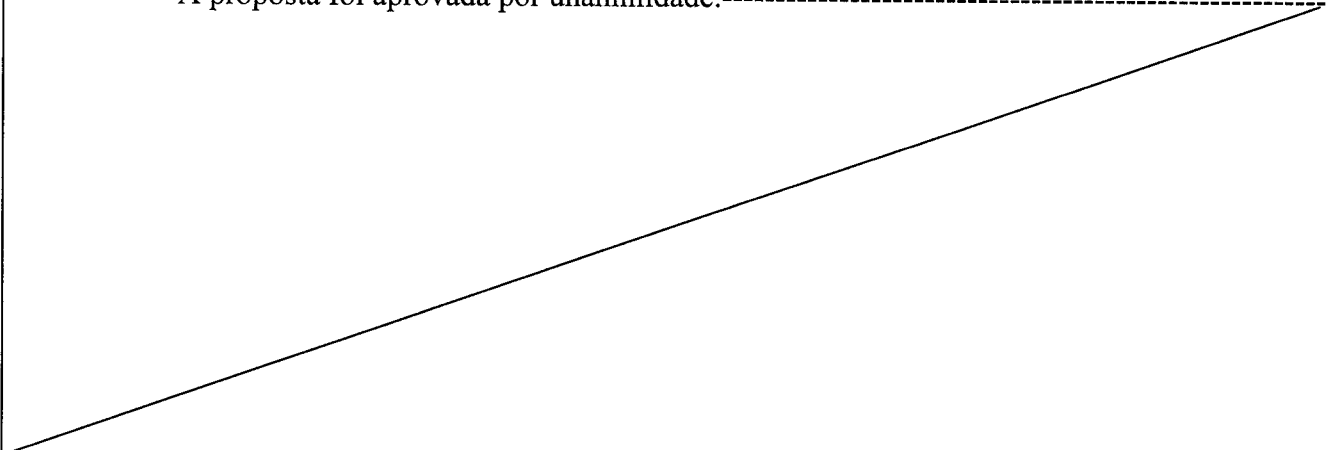
**10. CONTRATO DE FINANCIAMENTO NO ÂMBITO DO PROGRAMA OPERACIONAL REGIONAL NORTE: REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO DESIGNADA “UNIDADE DE SAÚDE DE AREIAS – CALDAS DA SAÚDE”: RATIFICAÇÃO.-----**

Presente o Contrato de Financiamento assinado no dia oito de Setembro último, tendo por objecto a concessão ao município de Santo Tirso de uma comparticipação financeira do FEDER, destinada a financiar a operação designada por “Unidade de Saúde de Areias”, celebrado na sequência da candidatura apresentada pela câmara municipal para execução do Contrato-Programa celebrado com a Administração Regional de Saúde do Norte, ratificado pela câmara municipal em reunião de quinze de Julho último (item dez da respectiva acta).-----

A candidatura apresentada pela autarquia, e aprovada, tem um valor elegível de 1.011.806,97 (um milhão e onze mil oitocentos e seis euros e noventa e sete cêntimos), com uma comparticipação FEDER de 70%, que perfaz 708.264,88 € (setecentos e oito mil duzentos e sessenta e quatro euros e oitenta e oito cêntimos), e inclui o projecto de execução e a obra de construção do Centro de Saúde de Areias.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse ratificar a decisão de apresentação da respectiva candidatura, bem como o referido Contrato de Financiamento, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo I da mesma, composto por dez folhas, apenas utilizadas no anverso, numeradas de um a dez.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade.-----







Ac



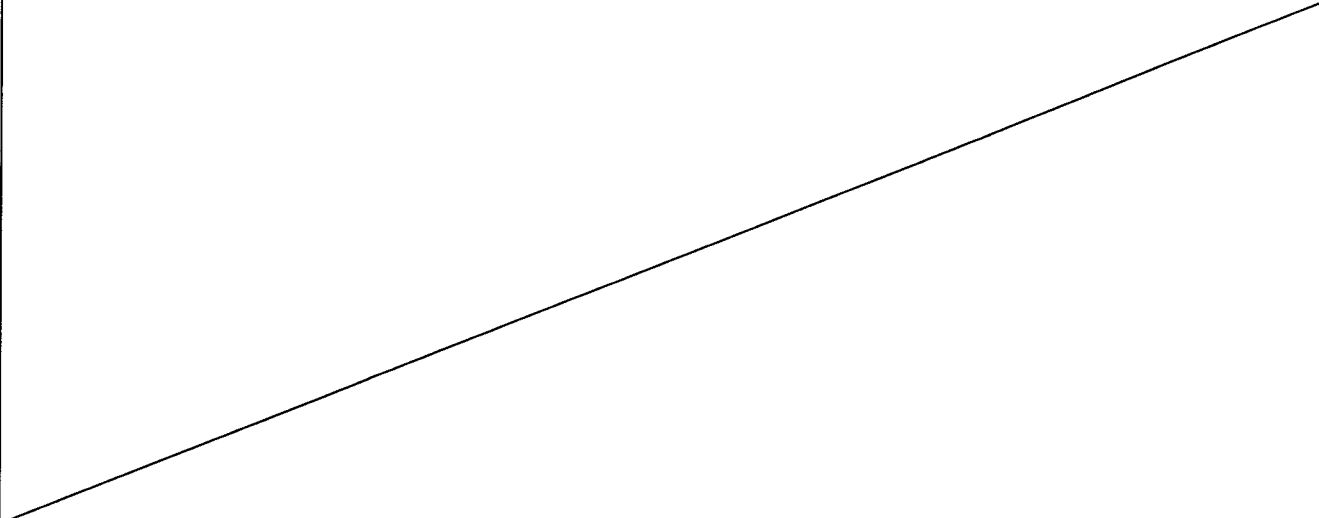
**11. ALTERAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE 45 FRACÇÕES AUTÓNOMAS NA FREGUESIA DE VILA DAS AVES: RATIFICAÇÃO DE DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DE 29/10/2009.**-----

Presente o despacho do Senhor Presidente da Câmara, datado de vinte e nove de Outubro último, que decidiu alterar a minuta do contrato de compra e venda de quarenta e cinco fracções, autónomas na freguesia de Vila das Aves, aprovada por deliberação da câmara municipal de vinte e três de Setembro último (item cinco da respectiva acta), no que se refere ao preço das fracções E e I, destinadas a habitação, do prédio descrito na Conservatória sob o número 476/19880504 (quatro sete seis / um nove oito oito zero cinco zero quatro) e da fracção A do mesmo prédio, destinada a equipamento, com a fundamentação constante do aludido despacho, do qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo as subsequentes dezoito folhas.-----

O Senhor Presidente submeteu o aludido despacho à ratificação da câmara municipal.-----

A Câmara deliberou, face à fundamentação constante do dito despacho e ao facto de as alterações aprovadas implicaram uma despesa global inferior à anteriormente aprovada, que agora é de 3.031.445,00 € (três milhões e trinta e um mil quatrocentos e quarenta e cinco euros) ratificar o aludido despacho do Presidente da Câmara.-----

A presente deliberação foi tomada por unanimidade dos membros presentes na reunião.---





SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

## DESPACHO

Engº António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, residente na Rua de S. Bento da Batalha nº 55, freguesia e concelho de Santo Tirso, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, decido, ao abrigo da competência excepcional prevista no nº 3 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterar a minuta do contrato de compra e venda de quarenta e cinco fracções autónomas na freguesia de Vila das Aves, aprovada por deliberação da câmara municipal de 23 de Setembro findo, no que se refere ao preço das fracções E e I, destinadas a habitação, do prédio descrito na Conservatória sob o número 476/19880504, e da fracção A do mesmo prédio, destinada a equipamento, com a seguinte fundamentação:

Consta da referida minuta que o preço das referidas fracções E e I é de 82.738,00 € (oitenta e dois mil setecentos e trinta e oito euros), cada uma, e que o preço da fracção autónoma destinada a equipamento é de 70.635,00 € (setenta mil seiscentos e trinta e cinco euros);

Os preços unitários das fracções constantes daquela minuta teve por base os preços propostos pela vendedora, que tinham sido aprovados pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana;

Posteriormente à aprovação daquela minuta, o referido Instituto, entidade que irá comparticipar no financiamento da aquisição daquelas fracções autónomas, ao abrigo do Acordo de Colaboração celebrado com o município de Santo Tirso no âmbito do Programa PROHABITA, veio solicitar a alteração dos preços daquelas fracções, pelo facto de ter assumido erros de avaliação das mesmas, sendo que os preços aprovados por aquele Instituto para as fracções acima referidas são os seguintes:

- Fracção E e I – 79.556,00 € (setenta e nove mil quinhentos e cinquenta e seis euros), cada uma;
- Fracção A – 73.520,00 € (setenta e três mil quinhentos e vinte euros);



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

43  
Ar  
[Handwritten signature]

Relativamente às fracções destinadas a habitação, cujos preços máximos são aprovados pelo referido Instituto, de harmonia com as regras previstas no artigo 4º da Portaria 683/2008, de 28 de Julho, e 11º da Portaria 500/97, de 21 de Julho, os preços acima referidos corrigem os erros de avaliação assumidos pelo IHRU;

Relativamente à fracção destinada a equipamento, o preço agora referido respeita os parâmetros da referida Portaria 683/2008, sendo que a respectiva aquisição vai ser também comparticipada pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 12º do Decreto lei 135/2004, de 03 de Junho, comparticipação essa que foi já solicitada pelo nosso ofício número 22247, de 21 do corrente mês de Outubro, e que não tinha sido prevista no Acordo de Colaboração anteriormente celebrada;

Apesar das alterações aos preços unitários das referidas fracções, o preço global de aquisição das quarenta e cinco fracções autónomas é agora de 3.031.445,00 € (três milhões e trinta e um mil e quatrocentos e quarenta e cinco euros), inferior portanto ao que consta da referida minuta, e ao preço global que consta da autorização da assembleia municipal concedida por deliberação de vinte e nove de Setembro findo;

A minuta do respectivo contrato foi já enviada para fiscalização prévia do Tribunal de Contas pelo nosso ofício número 21176, de nove do corrente mês de Outubro, pelo que, por razões de economia processual, é de todo conveniente que as alterações à minuta, no que se refere aos preços unitários das referidas fracções autónomas, sejam enviadas para aquele Tribunal com a maior urgência possível;

Não está agendada nenhuma reunião ordinária da câmara municipal, sendo que a primeira reunião da câmara municipal, a convocar nos termos do artigo 61º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, terá lugar apenas no final da próxima semana, não sendo possível reunir, em tempo útil, extraordinariamente a câmara;



SANTO TIRSO  
CÂMARA MUNICIPAL

Praça 25 de Abril  
4780-373 SANTO TIRSO  
Tel. +351 252 830 400  
Fax: +351 252 856 534  
gap@cm-stirso.pt  
www.cm-stirso.pt

44

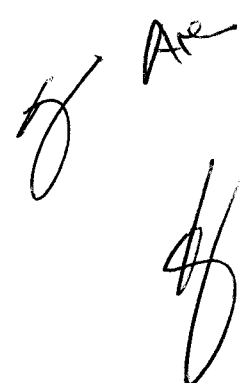
Ar

Pelo que, aprovo as referidas alterações ao preço unitário das fracções autónomas designadas pelas letras A, E e I do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob o número 476/19880504, nos termos acima referidos e que ficam a constar da nova minuta que se anexa ao presente despacho e dela fica a fazer parte integrante para todos os efeitos legais.

Remeta-se o presente despacho à próxima reunião da câmara para ratificação e envie-se a nova minuta para o Tribunal de Contas.

Santo Tirso e Paços do Concelho, 29 de Outubro de 2009

O Presidente da Câmara,



## MINUTA DE

Contrato de Compra e Venda de  
quarenta e cinco fracções  
autónomas na freguesia de Vila das  
Aves

Aos \_\_\_\_\_ dias do mês de \_\_\_\_\_ do ano dois mil e nove, nesta cidade  
de Santo Tirso e sede da Câmara Municipal, perante mim  
\_\_\_\_\_ compareceram como outorgantes:-----

**Primeiro** – Gaspar Ferreira da Silva, casado, natural da freguesia de Alpendurada e Matos, concelho de Marco de Canaveses, residente na Quinta de Sarnado, freguesia de Rio de Galinhas, do mesmo concelho, o qual outorga na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e em representação da sociedade Efimóveis – Imobiliária, S.A., com sede na Zona Industrial, apartado 187, freguesia de Tuías, do mesmo concelho, Pessoa Colectiva número 504 065 327, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Marco de Canaveses sob o mesmo número, com o capital social de seis milhões de euros.-

**Segundo** - Engenheiro António Alberto de Castro Fernandes, casado, natural da freguesia de Vila das Aves, concelho de Santo Tirso, residente na Rua de S. Bento da Batalha, nº 55, freguesia e concelho de Santo Tirso, Presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o qual outorga em nome e representação do Município de Santo Tirso, Pessoa Colectiva territorial com o número de contribuinte 501 306 870, com sede na Praça 25 de Abril, Santo Tirso, ao abrigo da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 68º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, o que tudo é do meu conhecimento pessoal.-----

Verifiquei também a identidade do primeiro outorgante por conhecimento

pessoal e a qualidade em que outorga e a suficiência dos poderes para outorgar este acto por consulta efectuada nesta data à Certidão Permanente da identificada sociedade, com o código de acesso 0503-5381-4838, nos termos do artigo 75º, nº 5, do Código do Registo Comercial, e nº 2 do artigo 17º da Portaria 1416-A/2006, de 19 de Dezembro.-----

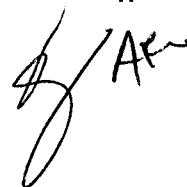
E pelo primeiro outorgante foi dito:-----

**Primeiro** - Que, na qualidade em que outorga, vende ao Município de Santo Tirso, pelo preço global de 3.031.545,00 € (três milhões e trinta e um mil e quinhentos e quarenta e cinco euros), que dele já recebeu e de que dá quitação, as fracções autónomas abaixo descritas, dos prédios urbanos constituídos em regime de propriedade horizontal, sitos no lugar do Monte, freguesia de Vila das Aves, deste concelho, descritos na Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso sob os números quatro sete seis/ um nove oito oito zero cinco zero quatro e dois seis nove um/ dois zero zero sete zero nove zero três, na mesma registados a favor da vendedora pela inscrição AP. 6 de 2007/05/16, omissos na matriz predial urbana, mas tendo sido apresentadas declarações para inscrição em dois de Abril último, aos quais foram atribuídos os artigos provisórios P-3532 (três mil quinhentos e trinta e dois) e P-3533 (três mil quinhentos e trinta e três), respectivamente.-----

**FRACÇÕES DESTINADAS A HABITAÇÃO DO PRÉDIO DESCRITO  
SOB O NÚMERO 476/19880504.**-----

Com entrada pelo número 680, da Rua Bernardino Gomes Ferreira, da dita freguesia de Vila das Aves:-----

**FRACÇÃO B:** Localizada na cave esquerda, com acesso ao nível do rés-do-chão, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e sete vírgula trinta e três



metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e nove vírgula sessenta e oito do valor total do prédio, com o valor atribuído de 82.738,00 € (oitenta e dois mil setecentos e trinta e oito euros).-----

**FRACÇÃO C:** Localizada na cave direita, com acesso ao nível do rés-do-chão, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco vírgula zero um metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e nove vírgula trinta e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO D:** Localizada no rés-do-chão esquerdo frente, Tipo T1, com a área bruta privativa de setenta e três vírgula quarenta e quatro metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e três vírgula noventa e nove do valor total do prédio, com o valor atribuído de 54.459,00 € (cinquenta e quatro mil e quatrocentos e cinquenta e nove euros).-----

**FRACÇÃO E:** Localizada no rés-do-chão esquerdo traseiras, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e cinco vírgula noventa e um metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e nove vírgula zero dois do valor total do prédio, com o valor atribuído de 79.556,00 € (setenta e nove mil quinhentos e cinquenta e seis euros).-----

**FRACÇÃO F:** Localizada no rés-do-chão direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula sessenta e dois metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e oito vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO G:** Localizada no rés-do-chão direito frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula sessenta e dois metros quadrados, a que

Am  
b  
b

corresponde a permissão de trinta e oito vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO H:** Localizada no primeiro andar esquerdo frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco vírgula zero um metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e nove vírgula trinta e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO I:** Localizada no primeiro andar esquerdo traseiras, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e cinco vírgula noventa e um metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e nove vírgula zero dois do valor total do prédio, com o valor atribuído de 79.556,00 € (setenta e nove mil quinhentos e cinquenta e seis euros).-----

**FRACÇÃO J:** Localizada no primeiro andar direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula sessenta e dois metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e oito vírgula setenta do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO K:** Localizada no primeiro andar direito frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula sessenta e dois metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e oito vírgula setenta do valor total do prédio com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO L:** Localizada no segundo andar esquerdo, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e quatro vírgula sessenta e sete metros quadrados, a que



Ar-  
f  
b

corresponde a permissão de quarenta e oito vírgula quarenta e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 79.556,00 € (setenta e nove mil quinhentos e cinquenta e seis euros).-----

**FRACÇÃO M:** Localizada no segundo andar direito, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e dois vírgula setenta e sete metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula cinquenta e sete do valor total do prédio, com o valor atribuído de 79.556,00 € (setenta e nove mil quinhentos e cinquenta e seis euros).-----

**Com a entrada pelo número 650 da dita Rua Bernardino Gomes Ferreira.-**

**FRACÇÃO N:** Localizada na cave esquerda com acesso ao nível do rés-do-chão, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e quatro vírgula noventa e quatro metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e nove vírgula trinta e um do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO O:** Localizada na cave direita, com acesso ao nível do rés-do-chão, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e seis vírgula quarenta e quatro metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta vírgula zero dois do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO P:** Localizada no rés-do-chão esquerdo frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e oito vírgula sessenta e sete do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO Q:** Localizada no rés-do-chão esquerdo traseiras, Tipo T2, com a

Ati  
G  
H

área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e oito vírgula sessenta e sete do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO R:** Localizada no rés-do-chão direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco vírgula zero dois metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e nove vírgula trinta e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO S:** Localizada no rés-do-chão direito frente, Tipo T1, com a área bruta privativa de setenta e três vírgula quarenta e quatro metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e três vírgula noventa e nove do valor total do prédio, com o valor atribuído de 54.459,00 € (cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove euros).-----

**FRACÇÃO T:** Localizada no primeiro andar esquerdo frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e oito vírgula sessenta e sete do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO U:** Localizada no primeiro andar esquerdo traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e oito vírgula sessenta e sete do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO V:** Localizada no primeiro andar direito traseiras, Tipo T2, com a



área bruta privativa de oitenta e cinco vírgula zero dois metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e nove vírgula trinta e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO W:** Localizada no primeiro andar direito frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco vírgula zero dois metros quadrados, a que corresponde a permissão de trinta e nove vírgula trinta e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO X:** Localizada no segundo andar, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e nove vírgula oitenta e quatro metros quadrados, a que corresponde a permissão de cinquenta vírgula oitenta e quatro do valor total do prédio, com o valor atribuído de 82.738,00 € (oitenta e dois mil setecentos e trinta e oito euros).-----

**FRACÇÕES DESTINADAS A HABITAÇÃO DO PRÉDIO DESCRITO  
SOB O NÚMERO 2691/20070903.**-----

**Com entrada pelo número 297 da Rua da Barca da freguesia de Vila das Aves.**-----

**FRACÇÃO A:** Localizada no rés-do-chão esquerdo, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e dois vírgula quarenta e nove metros quadrados, a que corresponde a permissão de cinquenta e seis vírgula noventa e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 79.556,00 € (setenta e nove mil quinhentos e cinquenta e seis euros).-----

**FRACÇÃO B:** Localizada no rés-do-chão direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e quatro vírgula quarenta e oito metros



quadrados, a que corresponde a permitagem de quarenta e seis vírgula noventa e quatro do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO C:** Localizada no rés-do-chão direito frente, Tipo T1, com a área bruta privativa de setenta e dois metros quadrados, correspondente a quarenta por mil do valor total do prédio, com o valor atribuído de 54.459,00 € (cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove euros).-----

**FRACÇÃO D:** Localizada no primeiro andar esquerdo, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e dois vírgula quarenta e nove metros quadrados, a que corresponde a permitagem de cinquenta e seis vírgula noventa e cinco do valor total do prédio, com o valor atribuído de 79.556,00 € (setenta e nove mil e quinhentos e cinquenta e seis euros).-----

**FRACÇÃO E:** Localizada no primeiro andar direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e quatro vírgula quarenta e oito metros quadrados, a que corresponde a permitagem de quarenta e seis vírgula noventa e quatro do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO F:** Localizada no primeiro andar direito frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e sete metros quadrados, a que corresponde a permitagem de quarenta e seis vírgula quarenta e três do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO G:** Localizada no segundo andar esquerdo, Tipo T3, com a área bruta privativa de cento e dois vírgula quarenta e nove metros quadrados, a que corresponde a permitagem de cinquenta e seis vírgula noventa e cinco do valor

total do prédio, com o valor atribuído de 79.556,00 € (setenta e nove mil e quinhentos e cinquenta e seis euros).-----

**FRACCÃO H:** Localizada no segundo andar direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e quatro vírgula quarenta e oito metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula noventa e quatro do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACCÃO I:** Localizada no segundo andar direito frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e sete metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula quarenta e três do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**Com entrada pelo número 321 da mesma rua da Barca.**-----

**FRACCÃO J:** Localizada no rés-do-chão esquerdo frente, Tipo T1, com a área bruta privativa de setenta e dois metros quadrados, correspondente a quarenta por mil do valor total do prédio, com o valor atribuído de 54.459,00 € (cinquenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e nove euros).-----

**FRACCÃO K:** Localizada no rés-do-chão esquerdo traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e sete metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula quarenta e três do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACCÃO L:** Localizada no rés-do-chão direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula vinte e dois do valor total do prédio, com

o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).----

**FRACÇÃO M:** Localizada no rés-do-chão direito frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula vinte e dois do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).----

**FRACÇÃO N:** Localizada no primeiro andar esquerdo frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e sete metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula quarenta e três do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO O:** Localizada no primeiro andar esquerdo traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e sete metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula quarenta e três do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO P:** Localizada no primeiro andar direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula vinte e dois do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).----

**FRACÇÃO Q:** Localizada no primeiro andar direito frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula vinte e dois do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).----

**FRACÇÃO R:** Localizada no segundo andar esquerdo frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e sete metros quadrados,

a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula quarenta e três do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO S:** Localizada no segundo andar esquerdo traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e três vírgula cinquenta e sete metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e seis vírgula quarenta e três do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).-----

**FRACÇÃO T:** Localizada no segundo andar direito traseiras, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula vinte e dois do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).----

**FRACÇÃO U:** Localizada no segundo andar direito frente, Tipo T2, com a área bruta privativa de oitenta e cinco metros quadrados, a que corresponde a permissão de quarenta e sete vírgula vinte e dois do valor total do prédio, com o valor atribuído de 65.091,00 € (sessenta e cinco mil e noventa e um euros).----

**FRACÇÃO DESTINADA A EQUIPAMENTO:**-----

**FRACÇÃO A do prédio descrito na Conservatória do Registo Predial sob**

**o número 476/19880504:** Localizada na sub-cave do edifício, com acesso pela dita Rua Bernardino Gomes Ferreira, constituída por uma divisão e quarto de banho, com a área bruta privativa de cento e doze vírgula zero oito metros quadrados, a que corresponde a permissão de cinquenta e um vírgula oitenta e oito do valor total do prédio, com o valor atribuído de 73.520,00 € (setenta e três mil quinhentos e vinte euros).-----

**Segundo** – As quarenta e quatro fracções autónomas destinadas a habitação

serão atribuídas pelo município de Santo Tirso a agregados familiares em situação de grave carência habitacional, para sua residência permanente, em regime de renda apoiada ou em regime de propriedade resolúvel.-----

**Terceiro** – A fracção A do prédio descrito na Conservatória sob o número quatrocentos e setenta e seis, com a finalidade de equipamento social, destina-se a utilização colectiva dos moradores nos prédios urbanos em que se integram as fracções adquiridas, para o desenvolvimento de actividades sócio-educativas.-----

**Quarto** – As fracções adquiridas ficam sujeitas a um regime especial de alienação, pelo prazo de vinte anos, estando as transmissões efectuadas dentro desse prazo sujeitas ao disposto nos artigos 28º, 29º e 30º do Decreto-Lei 135/2004, de 03 de Junho.-----

**Quinto** – O regime especial de alienação previsto na cláusula anterior está sujeito a registo, de harmonia com o previsto no nº 1 do artigo 31º do diploma legal referido na cláusula anterior.-----

**Sexto** – O município de Santo Tirso, durante os primeiros quinze anos de vigência do regime especial de alienação, fica ainda obrigado a não vender aos arrendatários, nos termos do artigo 28º e seguintes do referido diploma legal, habitações participadas pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana-I.P. cujo valor exceda cinco por cento dos montantes participados ao abrigo do Acordo de Colaboração celebrado com aquele Instituto em Agosto de dois mil e nove, aprovado pela Câmara Municipal de Santo Tirso em reunião ordinária de vinte e três de Setembro de dois mil e nove.-----

**Sétimo** - Que os prédios urbanos onde se integram as fracções adquiridas estão onerados com uma hipoteca voluntária a favor do Instituto da Habitação e da



Am



Reabilitação Urbana-I.P., mas o seu cancelamento encontra-se assegurado, conforme declaração de cancelamento assinada em \_\_\_\_\_.

Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para o Município que representa o presente contrato nos seus precisos termos e que a presente aquisição foi autorizada pela Assembleia Municipal de Santo Tirso por deliberação de vinte e nove de Setembro de dois mil e nove e está prevista no Plano de Actividades da Câmara Municipal para o ano em curso (objectivo - 2.4.1.; projecto 79/2002) e a minuta deste contrato foi aprovada pela Câmara Municipal por deliberação de vinte e três do mesmo mês de Setembro, alterada por despacho do Presidente da Câmara Municipal de vinte e nove do corrente mês de Outubro.-----

Foi dito ainda pelo segundo outorgante que, de harmonia com o previsto na alínea c) do nº 1 do artigo 3º do Decreto-Lei 78/2006, de 04 de Abril, foram apresentadas ao município de Santo Tirso, na qualidade de comprador, os Certificados de desempenho energético e da qualidade do ar interior das fracções autónomas destinadas a habitação descritas neste contrato, emitidos em trinta de Abril último e válidos até trinta de Abril de dois mil e dezanove.-----

A despesa com a aquisição das fracções objecto do presente contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental em vigor na qual tem cabimento: classificação económica - capítulo 07; grupo 01; artigo 02; número 02, conforme proposta de cabimento número 3996/2009, de vinte e um de Setembro.-----

**Arquivo:**-----

a) Declaração de isenção de pagamento do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis emitida em \_\_\_\_\_pelos Serviços de Finanças de Santo Tirso;-----

Ass  
[Handwritten signature]  
[Handwritten signature]

b) Declaração de isenção do imposto de selo da verba 1.1 da TGIS, emitida em \_\_\_\_\_ pelos mesmos Serviços de Finanças de Santo Tirso.-----

**Foram exibidos os seguintes documentos:**-----

- a) Certidões emitida pela Conservatória do Registo Predial de Santo Tirso, em 20 de Abril último, pelas quais verifiquei as aludidas descrições prediais. Verifiquei pelas mesmas certidões que a constituição de propriedade horizontal dos referidos prédios está registada pelas inscrições AP.4524 e AP.4639 de 2009/04/03.-----
- b) Duplicados das Declarações para inscrição de prédios na matriz urbana, apresentadas no Serviço de Finanças de Santo Tirso em 02 de Abril de 2009, às quais foram atribuídos os números de registo 2137612 e 2137745.-----
- c) Alvará de autorização de utilização número 232/09 emitido pela Câmara Municipal de Santo Tirso em um de Julho, pela qual verifiquei que a fracção A do prédio descrito na Conservatória sob o número quatrocentos e setenta e seis se destina a equipamento e que as restantes fracções do mesmo prédio se destinam a habitação.-----
- d) Alvará de autorização de utilização número 231/09 emitido na mesma data pela Câmara Municipal de Santo Tirso, pela qual verifiquei que as restantes fracções adquiridas se destinam a habitação.-----
- e) Certidões emitidas pela Câmara Municipal de Santo Tirso em seis de Julho último, comprovativas de terem sido entregues na Câmara Municipal as fichas técnicas da habitação.-----
- f) As aludidas deliberações de vinte e três e vinte e nove de Setembro, da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal, respectivamente.-----
- g) O aludido despacho do Presidente da Câmara Municipal de vinte e nove de

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including the word 'Act' and several stylized signatures.

Outubro de dois mil e nove.-----

Este contrato (minuta) foi lido em voz alta e explicado o respectivo conteúdo na presença simultânea dos outorgantes.-----

A presente minuta substitui, para todos ao efeitos, a que foi assinada pelas partes no dia um de Outubro de dois mil e nove.-----

Santo Tirso e Paços do Concelho, 29 de Outubro de 2009

O Primeiro Outorgante,

O Segundo Outorgante,



Act

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Handwritten signature

**12. EMPREITADA: “UNIDADE DE SAÚDE DE AREIAS”: DECISÃO SOBRE ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS IDENTIFICADOS PELOS INTERESSADOS (ARTIGO 61º DO CÓDIGO DOS CONTRATOS PÚBLICOS).-----**

Presente o processo relativo ao procedimento em epígrafe, cuja decisão de contratar foi tomada por deliberação da câmara municipal de vinte e três de Setembro último (item doze da respectiva acta) do qual constam listas de erros e omissões do caderno de encargos, apresentadas por diversos interessados, no âmbito do concurso da empreitada em epígrafe.-----

Do referido processo consta a informação da Divisão de Edifícios, datada de dois do corrente mês de Novembro, registada com o número quinze mil duzentos e noventa e seis, a remeter a lista de erros e omissões que o respectivo autor do projecto considera merecer aprovação, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo II da mesma, composto por trinta e três folhas.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, aprovar a referida lista de erros e omissões que importa no valor total de 46.140,18 € (quarenta e seis mil cento e quarenta euros e dezoito centimos), mais IVA, e, em consequência, alterar o mapa de quantidades do Caderno de Encargos do concurso já identificado, e o Preço Base do respectivo procedimento, que passa a ser de 1.167.230,86 € (um milhão cento e sessenta e sete mil duzentos e trinta euros e oitenta e seis centimos), mais IVA, devendo os serviços diligenciar pelo cumprimento dos demais procedimentos legais previstos no citado preceito legal.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----

Handwritten signature



A

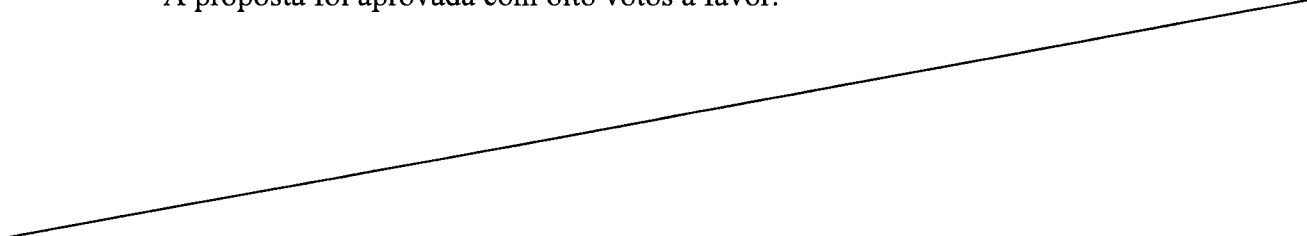
**13. EMPREITADA: “UNIDADE DE SAÚDE DE S. MARTINHO DO CAMPO”:  
DECISÃO SOBRE ERROS E OMISSÕES DO CADERNO DE ENCARGOS  
IDENTIFICADOS PELOS INTERESSADOS (ARTIGO 61º DO CÓDIGO DOS  
CONTRATOS PÚBLICOS).-----**

Presente o processo relativo ao procedimento em epígrafe, cuja decisão de contratar foi tomada por deliberação da câmara municipal de vinte e três de Setembro último, (item treze da respectiva acta) do qual constam listas de erros e omissões do caderno de encargos, apresentadas por diversos interessados, no âmbito do concurso da empreitada em epígrafe.-----

Do referido processo consta a informação da Divisão de Edifícios, datada de três do corrente mês de Novembro, registada com o número quinze mil duzentos e noventa e sete, a remeter a lista de erros e omissões que o autor do respectivo projecto considera merecer aprovação, da qual se anexa cópia à presente acta e dela fica a fazer parte integrante, constituindo o Anexo III da mesma, composto por trinta e quatro folhas.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara deliberasse, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 61º do Código dos Contratos Públicos, aprovar a referida lista de erros e omissões que importa no valor total de 20.368,88 € (vinte mil trezentos e sessenta e oito euros e oitenta e oito cêntimos), mais IVA, e, em consequência, alterar o mapa de quantidades do Caderno de Encargos do concurso já identificado, e o Preço Base do respectivo procedimento, que passa a ser de 1.188.079,74 € (um milhão cento e oitenta e oito mil e setenta e nove euros e setenta e quatro cêntimos), mais IVA, devendo os serviços diligenciar pelo cumprimento dos demais procedimentos legais previstos no citado preceito legal.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Am

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

H

**14. AQUISIÇÃO DE TERRENOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO PROJECTO DENOMINADO “CAMINHO PEDONAL EM S. TIAGO DA CARREIRA – SANTO TIRSO”: RESOLUÇÃO DE EXPROPRIAR DUAS PARCELAS DE TERRENO NECESSÁRIAS PARA O EFEITO: RECTIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 29/07/2009.-----**

Presente informação da Divisão Jurídica e do Contencioso, de dois do corrente mês de Novembro, registada com o número quinze mil duzentos e cinquenta e quatro, a sugerir a rectificação da deliberação da câmara municipal de vinte e nove de Julho último (item sete da respectiva acta), no que se refere à identificação do prédio do qual é a desanexar a parcela 2 e ao valor da previsão dos encargos a suportar com a expropriação.-----

O Senhor Presidente propôs que a câmara deliberasse rectificar a aludida deliberação camarária, no seguintes termos:-----

Identificação de Parcela 2

Passa a ser a seguinte:-----

**Parcela 2**

Parcela de terreno com a área de 80,01 m<sup>2</sup> (oitenta vírgula zero um metros quadrados), sita no mesmo lugar e freguesia, a confrontar de Norte com Caminho Público, de Sul com parte sobrance do prédio, de Nascente com Maria José Azevedo e filhos e do Poente com Elvira Carneiro Devesa e Filhos, que é a desanexar do prédio rústico inscrito na matriz predial respectiva sob o artigo 217 (duzentos e dezassete) e omissa na Conservatória do Registo Predial, que é propriedade de António Jorge Monteiro (proprietário da parcela 1) e Manuel Jorge Monteiro, casado em regime de separação de bens com Maria Manuela da Costa Matos, residente na E.N. 105, n.º 1319, freguesia de Santiago da Carreira, concelho de Santo Tirso, sendo desconhecidos quaisquer outros interessados na expropriação desta parcela de terreno, para os fins previstos no respectivo Código das Expropriações, de harmonia com o disposto no artº 9º daquele Código;-----

Encargos previstos com a Expropriação

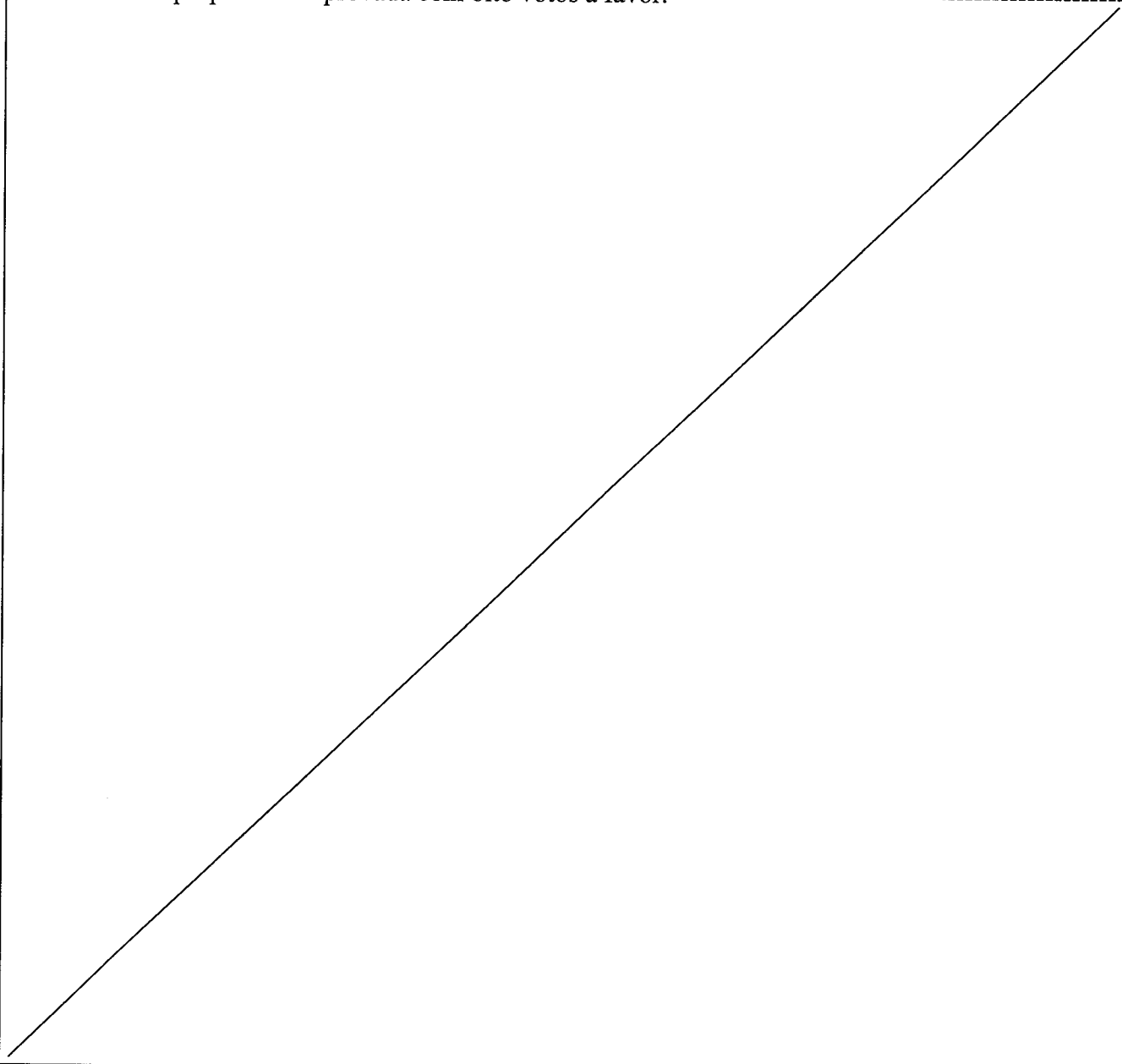


*Handwritten signature*

*Handwritten signature*

A previsão dos encargos a suportar com a expropriação das duas parcelas de terreno em causa é de 2.768,20 € (dois mil setecentos e sessenta e oito euros e vinte cêntimos), e não conforme consta da dita deliberação camarária.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----





Ar

Reunião : ORDINÁRIA

Câmara Municipal de Santo Tirso

Handwritten signature or initials.

**15. PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO A RANCHOS FOLCLÓRICOS:  
FESTIVAL CONCELHIO DE FOLCLORE E FESTIVAL DE FOLCLORE ORGANIZADO  
POR CADA GRUPO-----**

Pelo Senhor Presidente da Câmara foi apresentada a seguinte proposta:-----

Considerando a importância do trabalho que os Ranchos Folclóricos e Grupos Etnográficos desenvolvem na promoção e divulgação da cultura e costumes do concelho;-----

Considerando a sua disponibilidade para colaborar nas iniciativas culturais promovidas pela Câmara;-----

Considerando as competências previstas nas alíneas a) e b) do nº 4 do artº 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, proponho que a Câmara delibere atribuir a cada um dos grupos a seguir mencionados um subsídio no montante de 760,00 € (setecentos e sessenta euros), sendo 380,00 € (trezentos e oitenta euros) para ajudar a custear as despesas com a sua participação no Festival Concelhio de Folclore e 380,00 € (trezentos e oitenta euros) para ajudar a custear as despesas com a realização do festival de folclore organizado por cada grupo, com excepção do Rancho Folclórico de S. Mamede de Negrelos, cujo subsídio é no montante de 380,00 € (trezentos e oitenta euros), em virtude de não ter participado no Festival Concelhio de Folclore.-----

- Rancho Folclórico de Santa Eulália de Lamelas;-----
- Grupo Folclórico de Santa Cristina do Couto;-----
- Grupo Folclórico Infantil e Juvenil da Ermida – Santa Cristina do Couto;-----
- Grupo Folclórico Juventude de S. Julião de Água Longa;-----
- Grupo Folclórico de S. Martinho do Campo;-----
- Grupo Etnográfico das Aves;-----
- Rancho Folclórico de S. Mamede de Negrelos;-----
- Rancho Folclórico de S. Tiago de Rebordões;-----
- Rancho Folclórico de S. Salvador de Monte Córdova;-----





Ar

*[Handwritten signature]*

- Rancho Folclórico de S. Pedro de Roriz;-----
  - Rancho Típico de Santa Maria da Reguenga;-----
  - Rancho Etnográfico de Santa Maria de Negrelos – Roriz;-----
  - Rancho Santo André – Vila das Aves;-----
  - Grupo Folclórico Santo André – Vila das Aves;-----
  - Rancho Folclórico Rosas de S. Miguel de Vilarinho;-----
  - Grupo Etnográfico de S. Paio de Guimarei.-----
- A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



Ar

**16. REQUERIMENTO DE CARLOS ALBERTO DA SILVA CARVALHO: PEDIDO DE ADJUDICAÇÃO DO DIREITO DE OCUPAÇÃO DA LOJA Nº 10 DA CENTRAL DE TRANSPORTES-----**

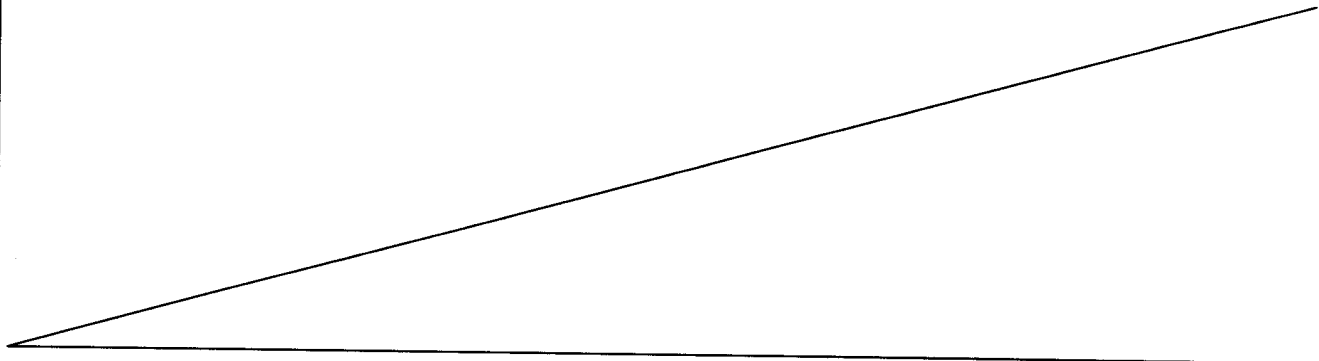
Presente requerimento de doze de Outubro findo, de Carlos Alberto da Silva Carvalho, registado com o número BU0736/2009, a requerer a adjudicação do direito de ocupação da loja número dez da Central de Transportes, para instalação de um estabelecimento comercial de venda de material escolar e artigos de bijutaria.-----

O Senhor Presidente propôs que a Câmara, de harmonia com o previsto no nº 2 do Regulamento para instalação de estabelecimentos na estação de camionagem, na redacção introduzida por deliberação da Assembleia Municipal de vinte e nove de Fevereiro do ano dois mil, deliberasse autorizar a negociação directa com o interessado do montante do “custo de adjudicação” da referida loja.-----

Mais propôs que a Câmara deliberasse desde já delegar no Presidente da Câmara a competência para adjudicar ao requerente o direito de ocupação da loja número dez da Central de Transportes, para a finalidade pretendida pelo interessado, mediante o pagamento da importância que vier a ser acordada e nos demais termos previstos no aludido regulamento.-----

Ao “custo de adjudicação” acrescerá o pagamento da respectiva taxa mensal de ocupação, no montante de 251,62 € (duzentos e cinquenta e um euros e sessenta e dois cêntimos) a partir do mês em que a loja for entregue ao requerente.-----

A proposta foi aprovada com oito votos a favor.-----



Reunião : ORDINÁRIA

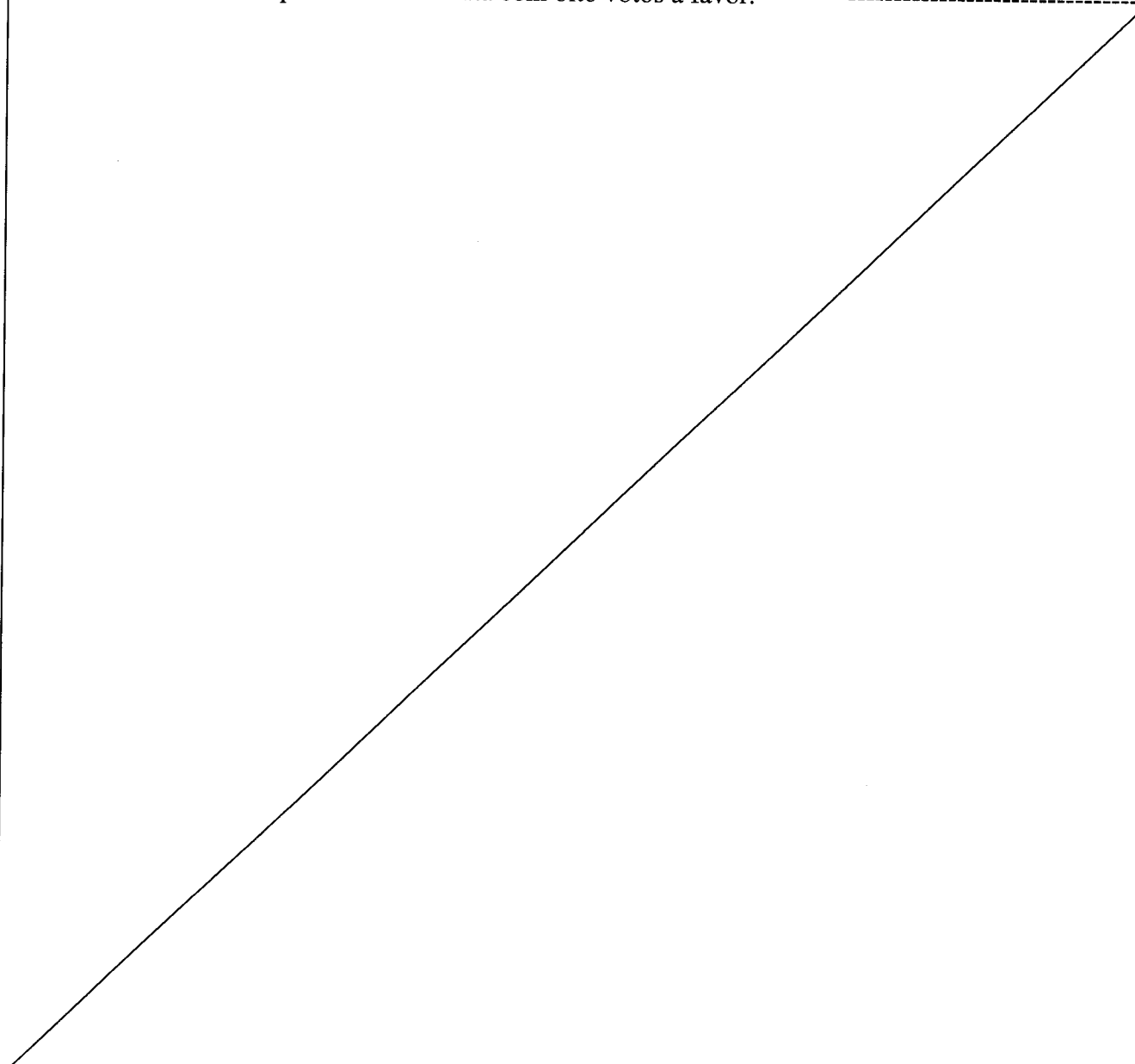


Câmara Municipal de Santo Tirso

Acta N.º 24 Fl. 67 *Att*  
05 de Novembro de 2009

**APROVAÇÃO DA ACTA EM MINUTA:** No final e depois de lida a presente acta, o Senhor Presidente propôs a aprovação da mesma acta em minuta nos termos do n.º 3 do artigo 92º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.-----

A acta foi aprovada em minuta com oito votos a favor.-----





Ar

**ENCERRAMENTO.**-----

A reunião foi encerrada eram: Onze horas.-----

E para constar se lavrou a presente acta que tem sessenta e oito folhas, e três documentos anexos, respeitantes aos itens dez, doze e treze da presente acta, sendo que todas as folhas estão apenas utilizadas no anverso, que eu

funcionária designada para secretariar a reunião subscrevo e vai ser assinada por quem presidiu.

**APROVAÇÃO DA ACTA.**-----

A presente acta foi aprovada pelo executivo camarário em reunião de 18/11/2009 conforme consta do item um da respectiva acta (folhas Centoeze da respectiva minuta).-----

A Secretária,